

# **TAM S.A. e suas controladas**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2012**

**Publicado no Diário Oficial e  
Valor Econômico em 28 de março de 2013**

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Índice das Demonstrações Financeiras**

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional	14
1.1 Multiplus S.A. (2010)	14
1.2. TAM Milor	14
1.3. Pantanal Linhas Aéreas S.A.	15
1.4. Associação com LAN Airlines S.A. (2011)	15
1.5. Aerolinhas Brasileira S.A.	16
2. Sumário das principais políticas contábeis	16
2.1. Base de preparação	16
2.2. Consolidação	17
2.3. Conversão em moeda estrangeira	18
2.4. Caixa e equivalentes de caixa	20
2.5. Caixa restrito	20
2.6. Ativos financeiros	20
2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ( <i>impairment</i> )	21
2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de <i>hedge</i>	22
2.9. Contas a receber	23
2.10. Estoques	23
2.11. Ativos não circulantes disponíveis para venda	24
2.12. Ativos intangíveis	24
2.13. Imobilizado	25
2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ( <i>impairment</i> )	26
2.15. Fornecedores	26
2.16. Passivos financeiros não derivativos	26
2.17. Imposto de renda e contribuição social	27
2.18. Receita diferida	27
2.19. Provisões	28
2.20. Benefícios a empregados	28
2.21. Capital social	28
2.22. Dividendos e juros sobre capital próprio	29
2.23. Arrendamentos	29
2.24. Receita	29
2.25. Reconhecimento de custos e despesas operacionais	30
2.26. Reconhecimento da receita financeira	30
2.27. Reconhecimento da receita de bilhetes-prêmio emitidos, mas ainda não voados	30
2.28. Apresentação da demonstração do resultado	31
2.29. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	31
3. Estimativas contábeis e julgamentos críticos	32
3.1. Reconhecimento de receitas – Programa fidelidade	32
3.2. Impostos diferidos	33
3.3. Contingências	33
3.4. Instrumentos financeiros usados para reduzir os riscos de variações nos preços de combustível de aviação	33
4. Gestão de riscos financeiros	33
4.1. Política de gestão de risco financeiro	33
4.1.1. Riscos de mercado	34
4.1.2. Risco de crédito	37
4.1.3. Risco de liquidez	38

4.2. Estimativa do valor justo	40
4.3. Gestão de risco de capital	43
5. Instrumentos financeiros por categoria	44
6. Caixa e equivalentes de caixa	47
7. Ativos financeiros mantidos até o vencimento	47
8. Contas a receber	47
9. Estoques	49
10. Tributos a recuperar	49
11. Partes relacionadas	50
12. Demais contas a receber	53
13. Instrumentos financeiros derivativos	54
14. Ativos não circulantes disponíveis para venda	56
15. Depósitos em garantia	56
16. Pré-pagamentos de manutenções	56
17. Investimentos	57
18. Imobilizado	62
19. Intangível	65
20. Passivos financeiros	68
20.1. Obrigações por arrendamentos financeiros	68
20.2. Bônus Seniores	69
20.3. Empréstimos	70
20.4. Debêntures	71
21. Receita diferida	73
22. Programa de recuperação fiscal ("REFIS")	74
23. Demais contas a pagar	75
24. Provisões	76
25. Imposto de renda e contribuição social diferidos	77
26. Capital social	83
27. Reserva de capital	83
28. Reserva de lucros	84
29. Ajuste de avaliação patrimonial	84
30. Remuneração baseada em ações	84
31. Receita	89
32. Custos e despesas operacionais por natureza	90
33. Benefícios a empregados	91
33.1. Participação nos lucros e bonificações	91
34. Resultado financeiro	91
35. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa	92
36. Compromissos e contingências	92
37. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 – eliminação dos efeitos da incorporação do acervo líquido da Pantanal Linhas Aéreas S.A.	95
38. Eventos subsequentes	95
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	96

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Balancos patrimoniais**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

		<b>Controladora</b>	
	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	6	150	1.029
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.2	5.289	330.125
Dividendos a receber	11	15.226	187.926
Tributos a recuperar		2.593	2.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		37.840	40.570
Demais contas a receber		440	212
		<u>61.538</u>	<u>562.455</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	74.874	29.975
Partes relacionadas	11	182	4.618
Depósitos judiciais		909	547
Investimentos	17	376.651	1.653.711
Imobilizado		123	96
		<u>452.739</u>	<u>1.688.947</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>514.277</b></u>	<u><b>2.251.402</b></u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		243	492
Passivos financeiros	20		174.650
Salários e encargos sociais		6.154	3.862
Receita diferida		6	
Impostos e tarifas a recolher		15.858	14.555
Dividendos a pagar		861	864
Partes relacionadas	11	1.410	
Demais contas a pagar		70	27
		<u>24.602</u>	<u>194.450</u>
<b>Não circulante</b>			
Provisões		287	120
Partes relacionadas	11		4.015
		<u>287</u>	<u>4.135</u>
<b>Total do passivo</b>		<u><b>24.889</b></u>	<u><b>198.585</b></u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	26	830.768	819.892
Reservas de capital		147.771	140.414
Reserva de lucros/Prejuízos acumulados		(1.054.551)	530.020
Ajuste de avaliação patrimonial		565.400	562.491
		<u>489.388</u>	<u>2.052.817</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>514.277</b></u>	<u><b>2.251.402</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Balancos patrimoniais**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado	
	Nota	2012	2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	654.553	650.081
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.2	897.428	1.684.932
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7	150.426	
Contas a receber	8	1.545.318	1.819.011
Estoques	9	262.419	212.609
Tributos a recuperar	10	114.680	421.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		117.494	72.948
Depósitos em garantia	15	47.210	
Pré-pagamento de manutenção	16	251.962	
Despesas do exercício seguinte		210.876	121.978
Partes relacionadas	11	71.780	
Instrumentos financeiros derivativos	13	3.315	27.222
Demais contas a receber	12	86.097	85.397
		4.413.558	5.095.186
Ativos não circulante disponíveis para venda	14	18.221	21.474
Não circulante			
Caixa restrito		59.965	93.824
Ativos financeiros – depósito bancário			138.009
Partes relacionadas	11	70.715	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	542.626	48.517
Depósitos em garantia	15	35.077	57.014
Pré-pagamento de manutenção	16	301.006	547.862
Instrumentos financeiros derivativos	13	2.286	8.627
Demais contas a receber	12	38.272	46.771
Investimentos	17	4.369	
Imobilizado	18	9.132.284	9.317.951
Intangível	19	599.126	609.994
		10.785.726	10.868.569
Total do ativo		15.217.505	15.985.229

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Balancos patrimoniais**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

			<b>Consolidado</b>
	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		840.872	645.680
Passivos financeiros	20	2.250.932	1.998.000
Salários e encargos sociais		499.950	473.088
Receita diferida	21	1.937.144	1.472.055
Impostos e tarifas a recolher		450.573	367.279
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		861	18.418
Partes relacionadas	11	93.701	
Instrumentos financeiros derivativos	13	48.772	27.238
Programa de recuperação fiscal	22	39.206	46.924
Demais contas a pagar	23	349.914	197.444
		<u>6.511.925</u>	<u>5.246.126</u>
<b>Não circulante</b>			
Passivos financeiros	20	6.665.761	7.166.656
Instrumentos financeiros derivativos	13	13.267	43.935
Receita diferida	21	188.422	207.803
Provisões	24	273.055	271.119
Programa de recuperação fiscal	22	423.186	436.394
Impostos e tarifas a recolher			3.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25		45.206
Demais contas a pagar	23	609.412	440.061
		<u>8.173.103</u>	<u>8.614.983</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>14.685.028</u>	<u>13.861.109</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	26	830.768	819.892
Reservas de capital		147.771	140.414
Reserva de lucros / Prejuízos acumulados		(1.054.551)	530.020
Ajuste de avaliação patrimonial		565.400	562.491
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>489.388</u>	<u>2.052.817</u>
Participação dos acionistas não controladores		<u>43.089</u>	<u>71.303</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>532.477</u>	<u>2.124.120</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>15.217.505</u>	<u>15.985.229</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita</b>	31			13.695.589	12.994.486
Custos e despesas operacionais	32	(160.094)	(43.992)	(14.333.979)	(12.017.429)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas		(1.144.263)	(290.846)	(2.203)	
<b>Lucro / (Prejuízo) operacional antes das variações do valor justo de derivativos de combustível</b>		(1.304.357)	(334.838)	(640.593)	977.057
Variações do valor justo de derivativos de combustível				(31.018)	40.828
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		(1.304.357)	(334.838)	(671.611)	1.017.885
Receitas financeiras	34	22.668	31.354	2.281.365	2.941.572
Despesas financeiras	34	(8.351)	(46.024)	(3.235.878)	(4.135.770)
Derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa	4.1.1 (d)			17.715	(6.584)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		(1.290.040)	(349.508)	(1.608.409)	(182.897)
Imposto de renda e contribuição social	25 (a)	44.899	14.444	424.277	(78.616)
<b>Prejuízo do exercício</b>		(1.245.141)	(335.064)	(1.184.132)	(261.513)
<b>Atribuído aos</b>					
Acionistas da TAM S.A.				(1.245.141)	(335.064)
Acionistas não controladores				61.009	73.551

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Prejuízo do exercício	(1.245.141)	(335.064)	(1.184.132)	(261.513)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ganho na conversão de investimentos no exterior	6.685	2.265	7.038	2.385
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes	(73)	(39.141)	(298)	(53.515)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	(3.572)	1.229	(4.896)	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.239	12.890	1.766	17.624
	<u>(2.406)</u>	<u>(25.022)</u>	<u>(3.428)</u>	<u>(34.211)</u>
<b>Total de outros componentes do resultado abrangente</b>	<u>4.279</u>	<u>(22.757)</u>	<u>3.610</u>	<u>(31.826)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>(1.240.862)</u>	<u>(357.821)</u>	<u>(1.180.522)</u>	<u>(293.339)</u>
<b>Atribuído aos:</b>				
Acionistas da TAM S.A.			(1.240.862)	(357.821)
Acionistas não controladores			60.340	64.482

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



TAM S.A. e suas controladas  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuídos aos acionistas da TAM							
	Capital social	Reserva de capital (Nota 27)	Reserva de lucros (Nota 28)	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 29)	Prejuízos acumulados	Total	Participação não controladores	Total
Em 1º de janeiro de 2011	819.892	120.605	895.592	585.824		2.421.913	205.478	2.627.391
Prejuízo do exercício					(335.064)	(335.064)	73.551	(261.513)
Outros resultados abrangentes								
Ganho na conversão de investimentos no exterior				2.265		2.265	120	2.385
Hedge de fluxo de caixa – reconhecido em outros resultados abrangentes				(39.141)		(39.141)	(14.374)	(53.515)
Hedge de fluxo de caixa – realizado pelo resultado				1.229		1.229	451	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo				12.890		12.890	4.734	17.624
Total do resultado abrangente				(22.757)	(335.064)	(357.821)	64.482	(293.339)
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:								
Redução de capital Multiplus pago aos não controladores							(160.984)	(160.984)
Ganho de capital na alienação de participação societária - Multiplus				905		905	446	1.351
Realização da reserva de reavaliação				(1.481)	1.481			
Distribuição de dividendos TAM – R\$ 193,83 (por lote de mil ações)			(30.277)			(30.277)		(30.277)
Distribuição de dividendos da controlada Multiplus aos não controladores – Pagos (R\$ 22.023) e Propostos ainda não pagos (R\$18.444)							(40.467)	(40.467)
Distribuição de dividendos da controlada TAM Airlines pagos aos não controladores							(315)	(315)
Plano de remuneração em ações		16.360				16.360	2.663	19.023
Aquisição de ações em tesouraria		(1.879)				(1.879)		(1.879)
Alienação de ações em tesouraria		5.328			(1.712)	3.616		3.616
Compensação do prejuízo do exercício com a reserva de lucros			(335.295)		335.295			
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		19.809	(365.572)	(576)	335.064	(11.275)	(198.657)	(209.932)
Em 31 de dezembro de 2011	819.892	140.414	530.020	562.491		2.052.817	71.303	2.124.120

TAM S.A. e suas controladas  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuídos aos acionistas da TAM						
	Capital social	Reserva de capital (Nota 27)	Reserva de lucros (Nota 28)	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota29)	Prejuízos acumulados	Total	Participação não controladores
Em 31 de dezembro de 2011	819.892	140.414	530.020	562.491		2.052.817	71.303
Prejuízo do exercício					(1.245.141)	(1.245.141)	61.009
Outros resultados abrangentes							
Ganho / (perda) na conversão de investimentos no exterior				6.685		6.685	353
Hedge de fluxo de caixa				(73)		(73)	(225)
Hedge de fluxo de caixa – realizado pelo resultado				(3.572)		(3.572)	(1.324)
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo				1.239		1.239	527
Total do resultado abrangente				4.279	(1.245.141)	(1.240.862)	60.340
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:							
Aumento de Capital – Nota 26	10.876					10.876	
Distribuição de dividendos Multiplus pago aos não controladores							(93.897)
Ganho de capital na alienação de participação societária - Multiplus				6.034		6.034	3.131
Baixa da reserva de reavaliação - Terrenos				(5.907)		(5.907)	
Realização da reserva de reavaliação				(1.497)	1.497		
Plano de remuneração em ações		11.097				11.097	2.212
Plano de remuneração em ações – Transferido para o passivo (Nota 30)		(6.299)				(6.299)	
Cancelamento de ações em tesouraria		2.559	3.790			6.349	
Cancelamento de ações em circulação			(344.717)			(344.717)	
Absorção da reserva pelo prejuízo do exercício			(189.093)		189.093		
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	10.876	7.357	(530.020)	(1.370)	190.590	(322.567)	(88.554)
Em 31 de dezembro de 2012	830.768	147.771		565.400	(1.054.551)	489.388	43.089

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

		<b>Controladora</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Prejuízo do exercício	(1.245.141)	(335.064)
<b>Ajustes do resultado</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 25)	(44.899)	(14.444)
Depreciações e amortizações	18	1
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	4.741	31.445
Resultado da equivalência patrimonial	1.144.263	290.846
Provisões para contingências	168	90
<b>Variações do capital circulante</b>		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	324.836	(204.220)
Tributos a recuperar	306	(291)
Depósitos judiciais	(362)	(373)
Partes relacionadas	1.637	(8.956)
Demais contas a receber	(229)	131
Fornecedores	(249)	470
Salários e encargos sociais	2.292	1.014
Impostos e tarifas a recolher	1.303	2.519
Receita diferida	6	
Demais contas a pagar	40	(5)
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações</b>	188.730	(236.837)
Juros pagos	(12.727)	(37.920)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	176.003	(274.757)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aumento de capital – TAM S.A.	10.876	
Alienação de ações da Multiplus – exercício de opções	6.034	
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	(112.000)	
Redução de capital - Multiplus		439.030
Aquisição de ações em tesouraria		(1.879)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido	423.282	69.329
Aquisição de imobilizado	(39)	(96)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>	328.153	506.384
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Alienação de ações da TAM S.A. – exercício de opções	6.349	3.616
Cancelamento de ações em circulação – TAM S.A.	(344.717)	
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos – TAM S.A.		(181.460)
Debêntures – pagamentos	(166.667)	(166.667)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	(505.035)	(344.511)
<b>Redução no caixa e equivalente de caixa</b>	(879)	(112.884)
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	1.029	113.913
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício</b>	150	1.029

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Prejuízo do exercício	(1.184.132)	(261.513)
<b>Ajustes do resultado</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 25)	(537.549)	(135.127)
Depreciações e amortizações (Nota 32)	759.728	730.375
Resultado na alienação do imobilizado (Nota 35)	501.848	10.108
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	1.167.975	1.406.059
Outras provisões	101.236	186.267
Resultado da equivalência patrimonial	2.203	
Provisões para contingências	224.620	72.450
Plano de remuneração baseado em ações	13.309	19.023
Plano de remuneração baseado em ações transferido para o passivo	(6.299)	
Parcela não efetiva das operações de <i>hedge</i>	(37.639)	6.584
<b>Variações do capital circulante</b>		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	787.505	(277.234)
Estoques	(49.355)	2.149
Contas a receber de clientes	282.532	(269.623)
Tributos a recuperar	261.782	(417.893)
Despesas do exercício seguinte	(88.898)	40.810
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	(12.417)	
Pré pagamento de manutenção	(5.106)	(137.556)
Partes relacionadas	(48.215)	
Ativos financeiros – depósito bancário		(87.729)
Depósitos judiciais	(219.237)	(22.633)
Demais contas a receber	(699)	(30.339)
Fornecedores	195.192	123.316
Salários e encargos sociais	(14.043)	(68.259)
Impostos e tarifas a recolher	157.749	418.484
Receita diferida	445.708	(167.613)
Demais contas a pagar	321.821	264.095
Instrumentos financeiros derivativos	53.559	(42.492)
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) - Pagamento	(49.806)	(30.648)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	3.023.372	1.331.061
Tributos pagos	(77.374)	(346.772)
Juros pagos	(431.124)	(358.387)
<b>Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais</b>	2.514.874	625.902
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aumento de capital - TAM S.A.	10.876	
Investimentos – Prismah S. A.	(6.572)	
Investimento em caixa restrito	33.859	23.248
Recursos recebidos (utilizados) na venda de imobilizado / intangível	(584)	9.159
Aquisições de imobilizado	(697.997)	(142.994)
Aquisições de intangível	(84.419)	(80.006)
Depósitos em garantia – reembolsos	35.879	17.765
Depósitos em garantia – depósitos efetuados	(59.563)	(24.080)
Pré-pagamento de aeronaves – reembolsos	450.987	123.681
Pré-pagamento de aeronaves – pagamentos	(383.157)	(415.574)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	(700.691)	(488.801)

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Alienação de ações da TAM S.A. – exercício de opções	6.349	3.616
Aquisição de ações em tesouraria		(1.879)
Redução de capital – Multiplus pago aos não controladores		(160.984)
Aumento de capital da Multiplus por acionistas não controladores –		
Emissão de ações no exercício de opção de ações	9.165	1.351
Cancelamento de ações em circulação – TAM S.A.	(344.717)	
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores da Multiplus	(112.342)	(23.241)
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores da TAM Airlines		(315)
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores da TAM S.A. (Nota 26 (c))		(181.460)
Empréstimos de curto e longo prazo - captação		101.429
Empréstimos de curto e longo prazo – pagamentos	(358.075)	(148.973)
Debêntures - pagamentos	(266.667)	(166.666)
Bônus seniores - adições		777.209
Pagamentos de parcelas de arrendamento mercantil financeiro	(743.424)	(699.327)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.809.711)</b>	<b>(499.240)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.472</b>	<b>(362.139)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>650.081</b>	<b>1.012.220</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>654.553</b>	<b>650.081</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **1. Contexto operacional**

A TAM S.A. (“TAM” ou “Companhia” e suas controladas) foi constituída em 12 de maio de 1997, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte aéreo. A Companhia é controladora integral da TAM Linhas Aéreas S.A. (“TLA”), empresa que opera principalmente com linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no Brasil e no exterior e possui 94,98% da Transportes Aéreos del Mercosur S.A. (“TAM Airlines”), empresa de voo regular sediada em Assunção, no Paraguai, que opera naquele país, além de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia. A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Av. Jurandir, 856, Lote 4, primeiro andar, São Paulo, SP. Em 22 de junho de 2012, após a conclusão da Oferta Pública de Permuta de Ações para o cancelamento de Registro de Companhia Aberta, a Companhia passou a ser controlada pela Holdco I S.A. (Holdco I). Holdco I é controlada pela TEP Chile S.A. que possui 80,58% das ações votantes da Holdco I.

A Companhia, através da sua controlada TLA, controla as empresas TAM Capital Inc. (“TAM Capital”), TAM Capital Inc. 2 (“TAM Capital 2”), TAM Financial Services 1 Limited (“TAM Financial 1”), TAM Financial Services 2 Limited (“TAM Financial 2”), TAM Capital Inc 3 (“TAM Capital 3”) e TAM Financial Services 3 Limited (“TAM Financial 3”), todas sediadas nas Ilhas Cayman, cujas atividades estão relacionadas com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. Os recursos captados pelas subsidiárias são total e incondicionalmente garantidos pela TAM. A TLA também é controladora da empresa Fidelidade Viagens e Turismo Ltda. (“TAM Viagens”), que tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo.

Em 1 de fevereiro de 2012, a Companhia constituiu a sociedade anônima TAM MRO – Manutenção Aeronáutica S.A. (“TAM MRO”) e tem como objeto a prestação de serviços de manutenção, reparos, consertos e restauração de aeronaves, próprias e de terceiros, civis ou militares, motores, peças, acessórios e equipamentos. A Companhia não apresenta atividades operacionais em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia controla a TP Franchising Ltda. cujo objeto social é o desenvolvimento de franquias.

A emissão das demonstrações financeiras da TAM e suas controladas (individual e consolidado), foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2013.

### **1.1 Multiplus S.A (2010)**

Multiplus S.A. (“Multiplus”) tem por objeto social, basicamente, o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Esta controlada concluiu seu processo de abertura de capital em 5 de fevereiro de 2010. Em 3 de fevereiro de 2010, Multiplus obteve o seu registro de Companhia Aberta na BM&FBovespa. Como resultado da oferta pública a TAM teve sua participação na Multiplus reduzida de 100% para 73,17% mantendo, porém, o controle. A venda de ações na oferta pública resultou em um aumento na participação de acionistas não controladores de R\$ 179.947 e uma transferência de acionistas não controladores para os acionistas da TAM de R\$ 489.115. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 72,87% de participação acionária na Multiplus.

### **1.2 TAM Milor**

Em 13 de julho de 2010, a TLA adquiriu a TAM Milor que era a titular da marca “TAM” e demais marcas correlatas (marca “TAM”) utilizadas pela Companhia, pela TLA e demais empresas controladas. Em 1 de março de 2011, a Companhia incorporou a TAM Milor. A incorporação não teve nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

A negociação do pagamento feito pela TLA foi composta por: (a) pagamento em dinheiro no valor de R\$ 25.481 na data do acordo e (b) a emissão de uma nota promissória pela TLA aos acionistas vendedores no valor de R\$ 144.395 (“Notas Promissórias”), totalizando R\$ 169.876. O montante representado pela nota promissória foi convertido em um aumento de capital na Companhia, dentro do limite do capital autorizado, totalizando a emissão de 5.621.634 novas ações.

### **1.3 Pantanal Linhas Aéreas S.A.**

A Companhia controla desde o dia 15 de março de 2010, a Pantanal Linhas Aéreas S.A. ("Pantanal"), data em que a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") – homologou a compra. Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a constituição da subsidiária denominada Corsair Participações S.A. ("Corsair") e em 27 de dezembro de 2011 aprovou a cisão da Pantanal, mediante a qual seriam transferidos para Corsair as responsabilidades sujeitas ao plano de pagamento no processo de recuperação fiscal. Os efeitos desta operação passaram a ser efetivos a partir de 28 de março de 2012.

### **1.4 Associação com LAN Airlines S.A (2011)**

Em 18 de janeiro de 2011, a Companhia divulgou fato relevante, comunicando que TAM e LAN Airlines S.A. ("LAN") assinaram dois contratos denominados *Implementation Agreement e Exchange Offer Agreement*, por meio dos quais encontram-se regulados os termos e condições definitivos para a realização da associação contemplada no Memorando de Entendimento firmado em 13 de agosto de 2010. Os contratos definem a nova estrutura que será formada para a associação das duas empresas para a formação do Grupo LATAM Airlines S.A. ("LATAM"), assim como a forma de gestão corporativa que vai coordenar essa nova estrutura. Em 3 de março de 2011, a ANAC concedeu autorização prévia para transferência das ações representativas do capital da TAM, controladora das sociedades empresariais exploradoras de serviços aéreos públicos (TLA e Pantanal) com o objetivo de dar continuidade no processo de união com a LAN. A operação contratada entre as partes foi aprovada pela ANAC, autoridade competente no Brasil, e pelo Tribunal de Livre Concorrência do Chile ("TDLC"), autoridade competente no Chile, em 3 de março de 2011 e 21 de setembro de 2011, respectivamente.

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), órgão de defesa da livre concorrência do Brasil, aprovou a fusão entre TAM e LAN. A aprovação veio acompanhada de duas condições: que a LATAM abra mão de uma das alianças de empresas aéreas integradas hoje por TAM (*Star Alliance*) e LAN (*Oneworld*), e que ceda dois pares de *slots* na rota São Paulo/Guarulhos – Santiago. Essas medidas são similares as requeridas pelo TDLC.

Em 21 de dezembro de 2011, os acionistas da LAN aprovaram a fusão com a TAM (com maioria superior a 99,99% das ações presentes ou representadas), a mudança da razão social de LAN Airlines S.A. para LATAM Airlines Group S.A. e as demais transações contempladas nos contratos assinados pelas partes.

A conclusão da transação resultou na LATAM Airlines Group S.A. tornando-se a *holding* das empresas combinadas. Como resultado dessa transação tivemos:

- i. LAN deterá todas as ações preferenciais da TAM que foram adquiridas como resultado da oferta de troca ou foram contribuídas pelos acionistas controladores;
- ii. Holdco vai possuir todas as ações ordinárias que foram adquiridas como resultado da troca ou foram contribuídas pelos acionistas controladores, e por sua vez LAN deterá 20% do capital votante e 100% das ações sem direito a voto da Holdco I e o acionistas controladores da TAM passarão a deter 80% das ações votantes da Holdco I; e
- iii. Os acionistas da TAM terão recebido após a troca 0,90 ações da LAN Airlines S.A. para cada ação (ordinária ou preferencial) ou ADS da TAM anteriormente detidas.

A oferta de troca descrita acima estava sujeita a várias condições, incluindo: (a) os acionistas não controladores que representem mais de 66,66% dos acionistas não controladores da TAM aceitem a oferta, (b) a quantidade de ações da TAM para a troca na oferta para acionistas não-controladores mais a quantidade de ações da TAM realizada pelos acionistas controladores representem mais de 95% de todas as ações da TAM o que permite não ter resgatado obrigatoriamente não todas as ações propostas na oferta de troca.

Em 22 de junho de 2012, TAM e LAN concluíram com êxito a Oferta Pública de Permuta de Ações para o

## **TAM S.A. e suas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e que se tornou eficaz o acordo de acionistas celebrado em 25 de janeiro de 2012 entre TAM, LAN, TEP Chile S.A. e Holdco I S.A. Desta forma, LAN e TAM concluíram nesta data seu processo de união, dando origem a LATAM.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2012, um prejuízo de R\$ 1.184.132 (2011 – R\$ 261.513) e nesta data os passivos circulantes (passivos circulantes menos receita diferida) excediam o ativo circulante em R\$ 161.223 (2011 – ativos circulantes excediam passivos circulantes R\$ 1.321.115). Os fatores que impactaram esse excesso foram: (i) reclassificação do longo prazo para o curto prazo das debêntures no montante de R\$ 397.070, item que foi mantido no Curto Prazo única e exclusivamente para cumprir com as formalidades requeridas pelas normas contábeis, uma vez que o *waiver* foi obtido por parte dos debenturistas antes da publicação deste balanço, retrospectivo ao 3º e 4º trimestre de 2012 e prospectivo ao 1º e 2º trimestre de 2013, conforme mencionado na nota 20.4 e (ii) impacto da variação cambial sobre os passivos financeiros contratados em dólares americanos.

A Administração entende que não existe incerteza quanto à capacidade de continuidade da Companhia, uma vez que trata-se de um evento pontual e existem sólidas estratégias sendo implementadas no que diz respeito à redução de custo, redução de exposição ao risco de variação cambial e conta com o apoio e suporte do Grupo LATAM para implementar estas estratégias.

#### **1.5 Aerolinhas Brasileira S.A.**

Em 23 de outubro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 2.707.135 ações preferenciais e 1.353.567 ações ordinárias de emissão da Aerolinhas Brasileira S.A. (“ABSA”), correspondente a 100% do capital social desta companhia. A operação está em processo de aprovação pelas autoridades competentes.

## **2. Sumário das principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vem sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos não correntes disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

#### **(a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da TAM foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Desta forma, estas demonstrações financeiras diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação desses investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo seu valor justo ou custo.



## **(b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e conforme as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

## **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações contábeis vigendo a partir de 2012 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **2.2 Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a TAM controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a TAM e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações, são atribuídos aos proprietários da Companhia. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. As transações, saldos e ganhos não realizados derivados de transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, sendo, porém consideradas um indicador de redução do valor realizável (*impairment*) do ativo transferido.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

**TAM S.A. e suas controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(b) Transações e participações de não controladores**

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registradas diretamente no patrimônio líquido, na conta “ajustes de avaliação patrimonial”.

Quando a Companhia perde o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

**(c) Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas**

	Data-base das demonstrações financeiras	Participação	Participação %	
			2012	2011
TLA	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
TAM Viagens (i)	31.12.2012	Indireta	99,99	99,99
TAM Capital (i)	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital 2 (i)	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital 3 (i)	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Financeiro 1 (i)	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Financeiro 2 (i)	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Financeiro 3 (i)	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
Fundo Spitfire II (ii)	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TP Franchising	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
TAM Airlines	31.12.2012	Direta	94,98	94,98
Multiplus	31.12.2012	Direta	72,87	73,14
Prismah S.A. ( <i>joint venture</i> )				
(Nota 17)	31.12.2012	Indireta	50,00	
Corsair (iii)	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
Pantanal	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
TAM MRO (iv)	31.12.2012	Direta	100,00	100,00

(i) Investimentos da TAM detidos indiretamente através da TLA.

(ii) Fundo de investimento restrito para TAM e suas controladas. Possui 1% de participação direta, 7% e 92% através de participação indireta da TLA e Multiplus, respectivamente.

(iii) Constituída em Março de 2012 através da cisão da Pantanal.

(iv) Constituída em Fevereiro de 2012.

**2.3 Conversão em moeda estrangeira****(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual aquela entidade atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. O país de origem e a moeda funcional das controladas é apresentada a seguir:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Empresa</b>	<b>Localidade</b>	<b>Moeda funcional</b>
TLA	Brasil	Real
TAM Viagens	Brasil	Real
TAM Capital	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 2	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 3	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 2	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 3	Ilhas Cayman	Real
TP Franchising	Brasil	Real
Fundo Spitfire II	Brasil	Real
TAM Airlines	Paraguai	Guarani
Multipius	Brasil	Real
Corsair	Brasil	Real
Prismah S.A.	Brasil	Real
TAM MRO	Brasil	Real
Pantanal	Brasil	Real

**(b) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, são convertidas para a moeda funcional de cada empresa e são registradas utilizando as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento.

Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão a taxas de câmbio do final do exercício dos ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto quando qualificadas como *hedge accounting*, e portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

**(c) Entidade com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira das entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos da controlada TAM Airlines (a única controlada com moeda funcional diferente da moeda funcional da Companhia) são convertidas à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço é convertido às taxas de câmbio do encerramento do exercício.
- Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício sobre o patrimônio líquido das controladas no início do exercício são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício convertido à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício.
- As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado de outras reservas. No caso de alienação total ou parcial de uma participação na Companhia ou controlada, mediante venda ou como resultado de redução de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do lucro ou perda na alienação.

## **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original até três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

## **2.5 Caixa restrito**

O caixa restrito representa depósitos em garantia com a finalidade de garantir algumas de suas operações de *hedge* e financiamentos de longo prazo.

## **2.6 Ativos financeiros**

### **2.6.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: valor justo mensurado por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação no momento do reconhecimento inicial.

#### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação a menos que tenham sido designados como instrumentos de proteção (*hedge*). Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas “receita financeira/despesa financeira” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado em que a operação protegida foi contabilizada.

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalente de caixa, contas a receber, demais contas a receber e caixa restrito. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

#### **(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento (Nota 7).

### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos desde que a Companhia tenha transferido, significativamente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros

mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor justo é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve compensação de instrumentos financeiros.

### **2.7 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.

Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
- Dados observáveis indicando que há uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - As mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - As condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

## **2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo. Os custos de transação são lançados como despesa à medida que são incorridos. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não correntes.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção. Multiplus designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial altamente provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa).

Qualquer alteração no valor justo de instrumentos financeiros não designados como *hedge* para fins contábeis são imediatamente reconhecidos em resultados.

### **(a) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela TAM Linhas Aéreas**

Embora a TLA faça uso de derivativos para atenuar os efeitos econômicos das variações das taxas de câmbio e dos preços internacionais do petróleo, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). As mudanças do valor justo de instrumentos financeiros são imediatamente lançadas contra o resultado. TLA não classifica nenhum instrumento derivativo como *hedge* de valor justo, *hedge* de investimento líquido ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo de derivativos de combustível são apresentados separadamente na demonstração do resultado.

### **(b) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela Multiplus S.A.**

Multiplus designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa).

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são avaliados subsequentemente ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge*) nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Multiplus adota a contabilidade de *hedge* e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A necessidade da adoção da contabilidade de *hedge* leva em conta o fato de que o faturamento da Multiplus está parcialmente ligado ao dólar norte-americano e o reconhecimento da receita é feito em relação à curva de resgate de pontos, havendo um descasamento entre o momento do acúmulo (faturamento e reconhecimento da receita diferida) dos pontos e o seu efetivo resgate (reconhecimento da receita na demonstração do resultado). Desta forma, a contabilidade *hedge* tem como principal objetivo a compatibilização temporal entre o efeito das operações de *hedge* e sua contabilização, aproximando de forma expressiva o resultado contábil do resultado econômico. Adicionalmente, em uma relação de *hedge* altamente efetiva, espera-se minimizar o impacto da variação do valor justo dos derivativos na linha de resultados financeiros da Companhia.

Multiplus considera os fluxos de caixa oriundos de vendas futuras de pontos para instituições financeiras designadas para *hedge*, como operações altamente prováveis, e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial associados a estas vendas como *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos atribuível à parte efetiva da relação de cobertura é reconhecida em outros resultados abrangentes e a porção ineficaz e o valor do tempo, que não faz partes da relação de *hedge*, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. A parcela efetiva originalmente reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, somente serão liberados ou reconhecidos na demonstração

## **TAM S.A. e suas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do resultado quando o item coberto afetar a demonstração do resultado. Entretanto, quando um item coberto expira ou quando uma operação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de *hedge*, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido, no momento, permanece no patrimônio líquido até o momento em que a transação prevista é em última instância reconhecida no resultado.

O ganho ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como receita financeira ou despesa financeira, respectivamente. Nenhuma porção significativa de ineficácia tem sido reconhecida na demonstração do resultado para os períodos apresentados.

Multiplus documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, explicitando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. Multiplus também documenta tanto no início quanto na forma contínua, os cálculos e/ou avaliações demonstrando que as operações de *hedge* são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.

O cálculo do valor justo dos derivativos é feito com base em metodologia amplamente aceita pelo mercado para a precificação de opções, notadamente o modelo de *Black-Scholes*, e o fluxo de caixa descontado para *swaps* e *forwards*. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço do ativo-objeto
- Preço de exercício
- Volatilidade de preço do ativo-objeto
- Taxa de juros livre de risco
- Tempo de duração
- Taxa de juros em moeda estrangeira

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida.

O cálculo do valor justo é realizado por consultoria externa com o objetivo de obter dados através de fonte externa e isenta à Companhia, e utiliza como base de informação a cotação a BM&FBovespa e Banco Central do Brasil.

A Companhia não classifica nenhuma operação de derivativos como *hedge* de valor justo ou investimento líquido.

## **2.9 Contas a receber**

As contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores a receber vencidos por mais de 180 dias, exceto para casos de renegociações e entre partes relacionadas. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 8).

## **2.10 Estoques**

Os estoques, que compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem usados nas atividades de manutenção e reposição, são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, líquido das provisões para reduzir o valor de itens obsoletos (Nota 9).

## **2.11 Ativos não circulantes disponíveis para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos disponíveis para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda (Nota 14).

## **2.12 Ativos intangíveis**

### **(a) Softwares e projetos de tecnologia da informação**

As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos *softwares* desenvolvidos internamente incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de *software* e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a 5 anos.

### **(b) Outros ativos intangíveis**

Incluem valores relativos a: (a) direito de uso de operação de aeroporto (*slots*) decorrente da aquisição da Pantanal em março de 2010 fundamentado na expectativa de rentabilidade de operar voos regulares a partir dos aeroportos objeto do direito adquirido, (b) aquisição da marca “TAM” ocorrida em julho de 2010 no contexto da aquisição da TAM Milor e (c) licenças e outros direitos contratuais adquiridos de terceiros, que são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

O valor contábil dos intangíveis é analisado para verificar se há redução ao valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável, ou quando os ativos intangíveis ainda não começaram a ser usados e amortizados.

### **(c) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como Ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de consideração transferidos através da participação da Companhia no justo valor líquido dos ativos líquidos identificáveis, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e o valor justo da participação do não controlador na aquisição.

Para efeitos de testes de *impairment*, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é imputado a cada UGCs, que se espera que beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *goodwill* é alocado representa o nível mais baixo dentro da entidade ao qual o *goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna. O ágio é monitorado no nível do segmento operacional.

O ágio é testado anualmente ou mais frequentemente se os acontecimentos ou encargos em circunstâncias indicam comprometimento potencial. O valor contábil do ágio é comparado ao valor recuperável, que é o valor mais elevado do valor de uso e justo menos os custos para vender. Qualquer deficiência é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida.



## **2.13 Imobilizado**

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção, que incluem juros e demais encargos financeiros capitalizados. Dependendo da natureza do ativo e da época de sua aquisição, o custo refere-se ao custo histórico de aquisição, o custo atribuído ou o custo histórico de aquisição ajustados ao efeito de hiperinflação, nos anos em que a economia brasileira era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária até 1997.

Terrenos não estão sujeitos à depreciação. Cada um dos componentes do ativo que tiver um custo significativo em relação ao total do ativo é depreciado separadamente. A depreciação é reconhecida com base na vida útil de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo menos o valor residual após sua vida útil, esteja totalmente amortizado. A vida útil estimada, valores residuais e métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer alterações são contabilizados prospectivamente. A vida útil dos itens do imobilizado estão demonstrados na Nota 18. Os ativos adquiridos através de arrendamento financeiro, bem como *rotables* relacionados à motores e peças adquiridas são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil e o prazo estipulado no contrato de arrendamento.

Segundo a IAS 16 – “Imobilizado”, a revisão de motores inclui os materiais aplicados (peças de reposição) e o custo do serviço que, por sua vez, são considerados como um componente separado e depreciados durante o período médio esperado para a próxima revisão completa (*overhaul*). Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção dos equipamentos de voo, incluindo todos os montantes nos termos dos contratos de manutenção *power by the hour*, são registrados na demonstração do resultado quando consumidos ou incorridos, respectivamente e estão descritas no item (b) abaixo.

Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.

O valor contábil dos ativos é revisado para verificação de possível perda no valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando ativos reavaliados são vendidos, o valor incluído na reserva de reavaliação é transferido para lucros acumulados.

### **(a) Pré- pagamento de aeronaves**

Os adiantamentos realizados aos fabricantes para aquisição de aeronaves (*pre-delivery payments* – PDPs), nos termos de contratos de compra, são originalmente em dólares e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor pago convertido à taxa de câmbio vigente na data do pagamento. Os custos de contração de empréstimos, incluindo juros e diferenças cambiais aplicáveis, incorridos na construção de ativos qualificados, são capitalizados até o momento da entrega das aeronaves.

Na hipótese de a Companhia decidir não adquirir a aeronave, mas arrendá-la, e houver acordo com que os PDPs serão reembolsados à Companhia, tais valores serão reclassificados para “demais contas a receber” e trazidos ao valor presente do valor esperado de reembolso à Companhia. Tal valor, se expresso em moeda estrangeira, é convertido à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras e a eventual diferença resultante é reconhecida na demonstração do resultado.

## **(b) Manutenções de aeronaves e motores**

Contratos de manutenção de motores suportam toda a atividade significativa de manutenção de motores. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da natureza dos serviços prestados:

- Contratos designados como *time and material*: contratos em que os valores são devidos aos prestadores da manutenção, e reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com as atividades de manutenção efetivamente realizadas. Os custos incorridos correspondem ao valor efetivo do tempo gasto em manutenção adicionado ao custo de materiais e componentes utilizados.
- Contratos designados como *power-by-the-hour*: contratos em que valores determinados contratualmente são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas e para o qual um passivo e uma despesa correspondente é reconhecida na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

### **2.14 Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes (*impairment*)**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### **2.15 Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os fornecedores são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria dos fornecedores, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

### **2.16 Passivos financeiros não derivativos**

Passivos financeiros não derivativos (inclui empréstimos, sênior notes e debêntures) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o valor inicialmente reconhecido.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de não realizar a liquidação do passivo por no mínimo 12 meses após a data de balanço.

As debêntures não conversíveis e bônus seniores são registrados da mesma maneira que os empréstimos.

## **2.17 Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente (Nota 25).

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração revisa anualmente essas projeções. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlada pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## **2.18 Receita diferida**

A conta de receita diferida abrange transportes a executar, contratos de serviços, ganhos em transações de *sale and leaseback* e outras e receita relacionada ao Programa Fidelidade (Nota 21).

A receita decorrente do Programa Fidelidade é inicialmente mensurada pelo seu valor justo, em contrapartida as contas a receber e são reconhecidas ao resultado à medida que os pontos do programa são resgatados.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A conta transportes a executar é composta por bilhetes vendidos nos últimos 12 meses e ainda não utilizados. Esses valores são reconhecidos como receita quando o serviço é efetivamente prestado ou quando os bilhetes expiram.

## **2.19 Provisões**

A Companhia reconhece provisões quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## **2.20 Benefícios a empregados**

### **(a) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação dos lucros e certos indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

### **(b) Remuneração baseada em ações**

A Companhia opera dois tipos de plano de remuneração baseado em ações: (i) liquidado em dinheiro (*cash-settled*) que é operado pela controlada TLA e, (ii) liquidado em ações que é operado pela controlada Multiplus. Os detalhes sobre a determinação do justo valor destes planos estão descritos na Nota 30.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao passivo, prospectivamente.

### **(c) Planos de pensão**

A Companhia opera apenas planos de contribuição definida. Uma vez que as contribuições são feitas, a Companhia não tem qualquer responsabilidade adicional de pagamento adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidos, e consequentemente, são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados.

## **2.21 Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do

valor captado, líquido de efeitos tributários.

## **2.22 Dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, equivalentes a 25% do lucro contábil e antecipações aprovadas pelo Conselho de Administração. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que sua distribuição é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

## **2.23 Arrendamentos**

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos, no qual a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, desta forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelo prazo de vida útil do ativo ou pelo período contratual do arrendamento, dos dois o menor.

Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos e prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do *leaseback* não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

## **2.24 Receita**

As receitas de transporte aéreo (passageiros e carga) são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. A receita referente a bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados (vendas antecipadas de bilhetes) são tratadas como receitas diferidas, classificadas no passivo circulante. A receita proveniente de bilhetes não utilizados é reconhecida na data de expiração do bilhete, que é 12 meses após a data de sua emissão.

A controlada TLA patrocina programa de premiação para passageiros frequentes (Programa Fidelidade), cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros. Os pontos concedidos no Programa Fidelidade quando os passageiros utilizam voos TAM ou de companhias parceiras são reconhecidos como um componente separado e identificável da receita, com base no seu valor justo estimado.

## **TAM S.A. e suas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esta receita é diferida na data em que o bilhete é vendido, sendo esta reconhecida no resultado do exercício, líquida dos pontos que considera que não serão resgatados, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a controlada TLA transferiu a administração do programa fidelidade para a controlada Multiplus. A partir de 1º de janeiro de 2010 os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, que venderá os pontos para a TAM.

A receita de pontos vendidos pela Multiplus para terceiros é reconhecida na demonstração do resultado quando os pontos são resgatados por prêmios ou, no caso de pontos que se estima que não serão resgatados são reconhecidos no prazo de validade dos pontos de dois anos.

Outras receitas operacionais, representadas por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, sub-arrendamento de aeronaves, serviços de manutenção fornecidos a outras companhias aéreas e outros serviços, são reconhecidas quando o serviço é prestado.

#### **2.25 Reconhecimento de custos e despesas operacionais**

Os principais custos da Companhia estão relacionados aos pontos resgatados e ao combustível de aviação. As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos, tarifas de decolagem, pouso e navegação, vendas e *marketing* e outras (Nota 32).

#### **2.26 Reconhecimento da receita financeira**

As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício.

#### **2.27 Reconhecimento de receitas de bilhetes-prêmio emitidos mas ainda não voados**

A Companhia, através de sua controlada Multiplus, oferece aos participantes do programa de fidelidade Multiplus a possibilidade de trocar bilhetes aéreos por pontos que são acumulados através do programa de fidelidade Multiplus. Os participantes do programa Multiplus podem acumular pontos de diferentes maneiras e trocar seus pontos por diversos prêmios, inclusive por bilhetes aéreos. Uma parcela significativa de pontos resgatados pelos participantes do programa de fidelidade Multiplus é trocada por bilhetes aéreos, que são comprados da TLA pela Multiplus. A obrigação da TLA em prestar serviços aos portadores de bilhetes-prêmio (comprados pela Multiplus da TLA e concedidos aos participantes do programa de fidelidade Multiplus) cessa apenas quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos.

A Interpretação do CPC 30/IAS 18 – Receita identificada como “Programas de Fidelidade” – considera que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em relação à transação é alocada entre os créditos de prêmio (pontos) e os outros componentes da venda e a receita atribuída aos créditos de prêmio será reconhecida apenas quando os créditos de prêmio forem resgatados e a companhia cumprir suas obrigações de fornecer os prêmios. Considerando que, em bases consolidadas, o prêmio representado por bilhetes aéreos consiste na prestação de serviços de transporte aéreo, a receita alocada aos bilhetes-prêmio deve ser reconhecida apenas quando a TLA fornecer o transporte. A receita de créditos de prêmio para os quais um bilhete-prêmio tenha sido emitido, mas ainda não utilizado, não deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

Em todos os períodos até 31 de dezembro de 2011, a Companhia deixou de reconhecer como “Receita diferida” no passivo, os bilhetes-prêmio emitidos, mas não utilizados, e reconheceu a receita alocada a esses bilhetes mediante sua troca por pontos do programa. A Administração concluiu que o efeito resultante da aplicação desse critério não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, e que a correção deste erro como ajuste fora do período não tenha efeitos relevantes no ano findo em 31 de dezembro de 2012. Por esta razão, o efeito dessa correção foi reconhecido no trimestre findo em 31 de março de 2012.

O efeito acumulado do ajuste reconhecido no trimestre findo em 31 de março de 2012 é uma redução de receita em R\$ 98.618, e o efeito de tributos diferidos no valor de R\$ 33.530, resultando em um efeito líquido no resultado de R\$ 65.088.

A partir de 1º de janeiro de 2012, a Companhia reconhece o montante alocado ao prêmio obtido através da troca de pontos como “Receita diferida” e a receita é reconhecida na demonstração do resultado quando o detentor do bilhete-prêmio é transportado.

## **2.28 Apresentação da demonstração do resultado**

Na demonstração do resultado, os valores relativos a variações do valor justo de derivativos de combustíveis são apresentados separadamente como parte do lucro operacional. Este item é material em termos de natureza e valor, e está sendo divulgado separadamente a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a entender o desempenho financeiro da Companhia.

## **2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments*, o qual é mandatório a partir de 1º de janeiro de 2015 e pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse *standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração relacionados à classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas no IAS 39. A principal mudança é a de que os casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração do resultado, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9.
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: substitui a atual IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação – Entidades de propósito específico. Altera a definição de controle para que os mesmos critérios sejam aplicados em todas as entidades para se determinar o controle. Exclui orientação especificamente para empresas de investimento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi incluída como alteração ao texto do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.
- IFRS 11 – Negócios em conjunto: substitui as atuais normas e interpretações sobre o tema (IAS 31 Participações em empreendimentos em conjunto). Reduz os tipos de negócios em conjunto a dois: operações conjuntas (“*joint operations*”) e negócios em conjunto (“*joint ventures*”) e elimina a escolha da política contábil

de consolidação proporcional para entidades controladas em conjunto e passa a ser obrigatória a utilização da equivalência patrimonial para os participantes em *joint venture*. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi incluída como alteração ao texto do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.

- IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades: substitui os requisitos de divulgação atualmente encontrados no IAS 28 Investimentos em coligadas. Estabelece as divulgações exigidas para entidades que reportam as IFRS 10 e IFRS 11 e requer que as entidades divulguem informações que ajudem os usuários das demonstrações financeiras a avaliar a natureza, os riscos e efeitos financeiros associados às participações em subsidiárias, coligadas, controladas em conjunto e entidades/estruturas não consolidadas. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi considerada em um novo pronunciamento CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.
- IFRS 13 – Mensuração pelo valor justo: explica como mensurar o valor justo e objetiva melhorar as divulgações de valor justo. É aplicável quando uma norma exige ou permite a mensuração ou divulgação de valor justo e tem como principal ponto a divulgação correta da classificação por nível (nível 1, 2 ou 3) dos itens mensurados ao valor justo. A norma foi emitida em junho de 2011 e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi considerada em um novo pronunciamento CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.
- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras: as alterações requerem que as empresas separem itens apresentados em outros resultados abrangentes em dois grupos, considerando se os itens serão realizados contra o resultado ou não em um momento futuro. As empresas que apresentam os itens de outros resultados abrangentes antes dos impostos deverão apresentar o total dos impostos em separado para esses dois grupos. A alteração é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma não traz impactos para Companhia.
- IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações referem-se a eliminação da abordagem por corredor, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, o reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado e a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma foi alterada em junho de 2011 e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa alteração foi incluída no texto do pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.

### **3. Estimativas contábeis e julgamentos críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. As estimativas contábeis, por definição não são iguais aos correspondentes resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam riscos significativos de causar ajuste relevante no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas a seguir:

#### **3.1 Reconhecimento de receitas – Programa fidelidade**

A receita referente ao programa fidelidade é diferida com base no número de pontos em aberto e a taxa média histórica de pontos não resgatados (*breakage*) dos últimos 12 meses. O valor justo dos pontos emitidos para participantes quando voam pela TAM ou companhias parceiras é apurado com base na média ponderada do valor dos pontos vendidos a parceiros comerciais e o valor das passagens gratuitas concedidas a passageiros.



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, o diferimento da receita depende da estimativa da quantidade de pontos a serem cancelados quando expiram após dois anos da data de emissão.

### **3.2 Impostos diferidos**

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

### **3.3 Contingências**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 24. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento do passado que seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

### **3.4 Instrumentos financeiros usados para reduzir os riscos de variações nos preços de combustível de aviação**

A Companhia registra os instrumentos financeiros utilizados para reduzir os riscos de variações nos preços de combustível de aviação pelo valor justo, com base em cotações de mercado de instrumentos semelhantes. Instrumentos financeiros derivativos são utilizados com o intuito de reduzir o risco decorrente de variações nesses preços. A sensibilidade aos movimentos no preço do óleo é discutida na Nota 4.1.1 (a).

## **4. Gestão de riscos financeiros**

### **4.1 Política de gestão de risco financeiro**

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações com terceiros para com a Companhia (risco de crédito) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

A Companhia possui uma Política de Riscos Financeiros formalizada que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações envolvendo instrumentos derivativos a fim de reduzir o impacto que potenciais flutuações no preço de combustível e taxas de câmbio e juros possam ter no fluxo de caixa. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Riscos que tem, entre outras atribuições:

- Decidir sobre aumento dos níveis percentuais de proteção baseado em questões estratégicas da Companhia e monitorar o comparativo entre os cenários orçados, Companhia e mercado;
- Gerenciar e administrar a exposição de riscos;
- Monitorar o cumprimento da política de riscos financeiros;
- Deliberar sobre o nível de exposição de riscos de mercado;

## TAM S.A. e suas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

#### Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos; e
- Monitorar o desempenho das operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados de acordo com as políticas da TAM, considerando o impacto sobre o fluxo de caixa e análise de custo/benefício de cada posição tomada. O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

#### 4.1.1 Riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado em decorrência de suas atividades comerciais normais. Os riscos de mercado dizem respeito, sobretudo, a variações de taxas de juros, de câmbio e preços de querosene de aviação (QAV) e tais variações podem afetar negativamente o seu fluxo de caixa e despesas futuras. O risco de mercado é uma possível perda decorrente de variações nos preços de variáveis de mercado (taxas de câmbio, juros, preços de commodities etc.) que afetem o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia firmou contratos de derivativos com a finalidade de reduzir os riscos provenientes de variações de alguns desses fatores. Foram implementadas políticas e procedimentos para avaliar os referidos riscos e monitorar as operações com derivativos. A Política estabelece, entre outros pontos, níveis mínimo e máximo de proteção, e *investment grade* como pré-requisito mínimo das contrapartes das operações com instrumentos financeiros derivativos.

##### (a) Risco relacionado a variação no preço do combustível

Um dos mais importantes riscos financeiros das empresas aéreas é a volatilidade do preço do combustível. O preço do QAV está atrelado à variação da cotação de petróleo no mercado internacional. A Companhia gerencia esse risco por meio de estratégias de contratação de instrumentos financeiros derivativos os quais visam proporcionar proteções contra súbitos e significantes aumentos no preço de petróleo assegurando, deste modo, a competitividade da Companhia. O Comitê de Risco estabeleceu política, aprovada pelo Conselho de Administração, para atingir esse objetivo. A política determina a realização de operações com derivativos cobrindo no máximo 60% do consumo projetado de combustível para os próximos 24 meses e patamares mínimos de 20% do consumo projetado para os 12 primeiros meses e 10% para os 12 meses seguintes. *Swaps*, opções ou uma combinação desses instrumentos financeiros, tendo como subjacentes o petróleo bruto, óleo para aquecimento ou querosene de aviação, podem ser utilizados para atingir as metas propostas. Com a criação da LATAM Airlines Group S.A., a tesouraria corporativa passou a ser a responsável pelas operações de instrumentos financeiros derivativos e usam o veículo LATAM como sendo a contraparte dos derivativos junto aos agentes financeiros. Por este motivo o percentual de cobertura aparece fora do patamar estabelecido pela política em alguns períodos. Todavia, a política e limites de exposição são revisados frequentemente pelo Comitê de Finanças e pelo *Board* da LATAM.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia para proteção contra variação do preço de combustível são baseados, principalmente, em petróleo (tipo *West Texas Intermediate* – WTI). A escolha desse subjacente baseou-se em estudos que comprovam que o *hedge* de QAV baseado em WTI é, historicamente, altamente efetivo, além da elevada liquidez dos instrumentos financeiros referenciados em WTI. Em 31 de dezembro de 2012, todos os instrumentos financeiros contratados foram realizados em mercados de balcão (*over the counter*).

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos somente com contrapartes cuja classificação, atribuída pelas agências de risco *Standard & Poors*, *Fitch* e *Moody's*, seja, no mínimo, *investment grade*.

À medida que o volume consumido de combustível não está totalmente protegido por meio de derivativos, os aumentos no preço do querosene não são totalmente compensados pelos derivativos. Da mesma forma, a redução no preço do querosene terá impacto positivo para a Companhia, uma vez que não será totalmente compensado por mudanças no valor justo dos derivativos.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O combustível de aviação consumido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 representou respectivamente 38,5 % e 34,8 % dos custos e despesas operacionais da Companhia (Nota 32).

**(a.1) Derivativos em circulação**

**(i) TAM Linhas Aéreas**

O percentual de cobertura antecipada dos instrumentos financeiros derivativos para os próximos 12 meses e o valor médio dos contratos de derivativos em aberto é apresentado a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>		
% de cobertura antecipada para os próximos 12 meses	15%	28%
Valor médio dos contratos derivativos em circulação	US\$ 101/bbl	US\$ 94/bbl
Valor de mercado do WTI no ano	US\$ 92/bbl	US\$ 98/bbl

Os vencimentos dos instrumentos derivativos com o respectivo *notional* e valor justo são apresentados a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>					
Valor <i>notional</i> – milhares de barris (bbl)		500	2.550	600	3.650
Valor justo, líquido – R\$ mil		2.056	17.235	6.028	25.319
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>					
Valor <i>notional</i> – milhares de barris (bbl)	5.660	2.425	325		8.410
Valor justo, líquido – R\$ mil	18.076	(7.803)	826		11.099

**(b) Risco de taxa de câmbio**

**(b.1) TAM Linhas Aéreas**

Uma parcela significativa dos custos e despesas operacionais, como serviços de manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves, é expressa em dólares. A Companhia tem exposição significativa a moeda estrangeira (principalmente denominado em dólar americano) de seus passivos denominados em moeda estrangeira menos seus ativos denominados em moeda estrangeira. O total exposto à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, de ativos e passivos é apresentado nas notas explicativas correspondentes.

A Companhia pode celebrar contratos de derivativos para se proteger contra uma possível apreciação ou depreciação do real frente ao dólar americano. Nenhum derivativo foi contratado além dos mencionados abaixo.

Os instrumentos derivativos com o respectivo *notional* e valor justo são apresentados a seguir por ano de vencimento:

	<u>2012</u>	<u>2013</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>		
Valor <i>notional</i> – US\$		30.000
Valor justo – R\$		
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>		
Valor <i>notional</i> – US\$	31.000	
Valor justo – R\$	(68)	

Em virtude da repactuação efetuada no primeiro trimestre de 2009, renovada no segundo trimestre de 2010, uma das contrapartes demandou um depósito denominado em dólares como garantia. Como não são admitidos depósitos em moeda estrangeira no Brasil, foi atrelado um CDB concedido em garantia um *Collar* convertendo o valor de resgate de R\$ para US\$.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A operação de *Collar* descrita acima é a única operação de proteção cambial detida pela Companhia em carteira própria em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

**(b.2) Multiplus S.A.**

Multiplus está exposta a risco cambial em decorrência de suas atividades comerciais normais, visto que a maior parte dos contratos de venda de pontos com as instituições financeiras são referenciados em dólares americanos. As variações na taxa de câmbio R\$/US\$ podem afetar o seu fluxo de caixa e faturamentos futuros e resultado (pelo reconhecimento da receita se dar no momento do resgate de pontos). O risco a que a Companhia está exposta, pode ser caracterizado como a possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a uma eventual queda ou aumento na taxa de câmbio R\$/US\$.

Em 31 de dezembro de 2012, se o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao dólar norte-americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o resultado financeiro teria uma variação, para mais ou para menos de R\$ 44.507/R\$ 57.106 (2011 – R\$ 19.041/R\$ 1.283), principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais na conversão das operações de *hedge*.

A tabela a seguir apresenta o respectivo *notional* e o valor justo dos derivativos em aberto por vencimento. A data de vencimento do derivativo é também a data em que a venda altamente provável de pontos deverá ser faturado. As vendas altamente provável de pontos deverão ser reconhecidos no resultado depois de faturados e a Administração espera que eles sejam reconhecidos no resultado, em média, em até seis meses após faturados:

		<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Valor <i>notional</i> – US\$		(283.000)	(18.000)	(301.000)
Valor justo – R\$		(30.002)	(1.118)	(31.120)
	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>				
Valor <i>notional</i> – US\$	303.000	265.000	2.000	570.000
Valor justo – R\$	(20.125)	(25.722)	(508)	(46.355)

**(c) Risco de taxa de juros**

Os resultados da TAM são afetados por variações nas taxas de juros devido ao impacto de tais variações sobre a despesa de juros incidentes sobre instrumentos de dívida a taxas variáveis, contratos de arrendamento a taxas variáveis e receita de juros gerada pelos saldos de caixa e aplicações de curto prazo. Para minimizar os possíveis impactos de flutuações das taxas de juros, a TAM adotou uma política de diversificação, efetuando contratações de operações tanto em taxas fixas quanto em variáveis como LIBOR - *London Interbank Offered Rate* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros.

**(d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstre o impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia, considerando os seguintes elementos:

- Aumento e queda de 10% no preço do combustível, mantendo-se constante as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10% na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constante todas as demais variáveis; e

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aumento e queda de um ponto percentual na taxa de juros, mantendo-se constante todas as demais variáveis.

**TAM Linhas Aéreas**

Preço do combustível:

Em 31 de dezembro de 2012, se o preço do WTI tivesse variado em torno de 10%, mantendo todas as demais variáveis constantes, o valor justo dos derivativos de WTI apresentaria um aumento/diminuição de aproximadamente US\$ 17 milhões/US\$ 20,3 milhões, equivalente a R\$ 34,6 milhões/R\$ 41,2 milhões (2011 – US\$ 36,6 milhões/US\$36,7 milhões – equivalente a R\$ 68,6 milhões/R\$ 68,9 milhões). Tal aumento/diminuição afetaria diretamente os resultados financeiros da Companhia. Em termos de fluxo de caixa, contudo, essas variações no preço de WTI seriam compensadas por uma diminuição/aumento dos custos com combustível de aviação da Companhia e somente se concretizariam econômica e financeiramente nos seus respectivos vencimentos, distribuídos ao longo dos anos de 2013 a 2014.

Taxa de câmbio – Dólar:

Em 31 de dezembro de 2012, se o real tivesse variado 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o resultado financeiro teria uma variação para menos ou para mais de aproximadamente R\$ 829 milhões/R\$ 829 milhões (2011 – R\$ 791 milhões / R\$ 791 milhões), essencialmente em resultado de ganhos/perdas cambiais na conversão de contas a receber de clientes e empréstimos e financiamentos, e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado denominado em dólar americano.

Taxa de juros – LIBOR e CDI:

Em 31 de dezembro de 2012, se houvesse um aumento de um ponto percentual nas taxas de juros de mercado externo (LIBOR), causaria um aumento da despesa de arrendamento financeiro e despesa de juros de aproximadamente US\$ 19.698, equivalente a R\$ 40.253 (2011 – US\$ 22.007, equivalente a R\$ 41.281).

Em 31 de dezembro de 2012, se houvesse uma variação para mais ou para menos em um ponto percentual nas taxas de juros de mercado doméstico (CDI), causaria um aumento/diminuição da despesa de juros dos financiamentos e empréstimos, de aproximadamente R\$ 4.510 (2011 – R\$ 7.684).

**4.1.2 Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco a qual a Companhia esta exposta decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por serviços prestados a consumidores e/ou agências de viagens ou em aplicações financeiras em títulos de emissão privada.

Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia e suas controladas adotam a prática de definir limites de crédito e fazer o acompanhamento constante dos saldos devedores, principalmente de agência de viagens.

A Companhia e suas controladas possuem transações somente com instituições financeiras cuja classificação de crédito atribuída por *Standard & Poors*, *Moody's* ou *Fitch* seja no mínimo BBB- ou equivalente. Ademais, cada instituição tem um limite máximo de exposição para investimentos, como determinado pelo Comitê de Riscos.

Atualmente, a Administração não espera perdas, além daquelas já provisionadas, devidas à inadimplência de suas contrapartes e não tem (excetuando-se as operadoras de cartões de crédito) exposição significativa, a nenhuma contraparte isoladamente.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **4.1.3 Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica na manutenção de caixa e títulos negociáveis suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O caixa excedente é investido principalmente nos fundos de investimento restrito da TAM. Cada um desses fundos tem uma política clara de investimentos, com limites à concentração de risco nos correspondentes investimentos.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e suas controladas por grupos de vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados e incluem juros, exceto dos derivativos, cujo valor justo é divulgado.

As garantias financeiras representam as garantias de passivos de controladas e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

	<b>Controladora</b>		
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Efeito do desconto</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Fornecedores	243		243
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>			
Debêntures	187.168	(12.518)	174.650
Fornecedores	4.354		4.354

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

							<b>Consolidado</b>
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre três e cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>	<b>Total</b>	<b>Efeito do desconto</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>							
Obrigações por arrendamento financeiro	857.336	1.493.167	1.725.228	1.659.013	5.734.744	(561.120)	5.173.624
Bônus <i>seniors</i>	184.879	369.756	1.102.170	1.931.239	3.588.044	(1.328.596)	2.259.448
Empréstimos	1.009.494	4.377	4.047	4.125	1.022.043	(54.372)	967.671
Debêntures	623.851				623.851	(107.901)	515.950
Programa de recuperação fiscal	44.525	88.965	157.458	411.311	702.259	(239.867)	462.392
Fornecedores	840.872				840.872		840.872
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>							
Obrigações por arrendamento financeiro	816.750	1.488.034	1.689.975	1.865.986	5.860.745	(530.906)	5.329.839
Bônus <i>seniors</i>	169.708	339.414	1.051.956	1.902.223	3.463.301	(1.393.083)	2.070.218
Empréstimos	979.176	3.986	3.714	5.029	991.905	(34.749)	957.156
Debêntures	371.321	325.726	376.541		1.073.588	(266.145)	807.443
Programa de recuperação fiscal	47.142	96.072	180.953	722.657	1.046.824	(563.506)	483.318
Fornecedores	645.680				645.680		645.680

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			<b>Consolidado</b>
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Passivos financeiros derivativos</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Derivativo de combustível	(21.469)	(9.256)	(30.725)
Derivativo de câmbio	(27.303)	(4.011)	(31.314)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>			
Derivativo de combustível	(6.681)	(15.527)	(22.208)
Derivativo de câmbio	(20.557)	(28.408)	(48.965)

#### 4.2 Estimativa do valor justo

A Companhia e suas controladas devem classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2012.

##### (a) Controladora

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>2012 Total</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>			
Títulos públicos (1)	2.722		2.722
Títulos privados (2)		1.365	1.365
Outros depósitos (3)		1.202	1.202
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>2.722</b>	<b>2.567</b>	<b>5.289</b>
			<b>2011 Total</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>			
Títulos públicos (1)	245.132		245.132
Títulos privados (2)		54.086	54.086
Outros depósitos (3)		30.907	30.907
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>245.132</b>	<b>84.993</b>	<b>330.125</b>

##### (b) Consolidado

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados pelo valor justo:



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			<b>2012</b>
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>			
<b>Em moeda local</b>			
Fundo de investimento restrito			
Títulos públicos (1)	474.714		474.714
Títulos privados (2)		237.973	237.973
Outros		50.362	50.362
Certificados de Depósito Bancário – CDB (3)		15.748	15.748
Outros		1.633	1.633
	<u>474.714</u>	<u>305.716</u>	<u>780.430</u>
<b>Em moeda estrangeira</b>			
Outros depósitos (3)		116.998	116.998
		<u>116.998</u>	<u>116.998</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<u>474.714</u>	<u>422.714</u>	<u>897.428</u>
<b>Ativos financeiros derivativos</b>			
Derivativo combustível - WTI (4)		5.406	5.406
Derivativo câmbio (4)		195	195
<b>Em 31 de dezembro</b>		<u>5.601</u>	<u>5.601</u>
<b>Derivativos de passivos financeiros</b>			
Derivativo combustível - WTI (4)		30.725	30.725
Derivativo câmbio (4)		31.314	31.314
<b>Em 31 de dezembro</b>		<u>62.039</u>	<u>62.039</u>

**TAM S.A. e suas controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			<b>2011</b>
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>			
<b>Em moeda local</b>			
Fundo de investimento restrito			
Títulos públicos (1)	1.162.087		1.162.087
Títulos privados (2)		255.442	255.442
Outros		21.411	21.411
Certificados de Depósito Bancário – CDB (3)		108.118	108.118
Outros depósitos (3)		27.128	27.128
Outros		2.167	2.167
	<u>1.162.087</u>	<u>414.266</u>	<u>1.576.353</u>
<b>Em moeda estrangeira</b>			
Outros depósitos (3)		108.579	108.579
		<u>108.579</u>	<u>108.579</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<u>1.162.087</u>	<u>522.845</u>	<u>1.684.932</u>
<b>Ativos financeiros derivativos</b>			
Derivativo combustível - WTI (4)		33.307	33.307
Derivativo câmbio (4)		2.542	2.542
<b>Em 31 de dezembro</b>		<u>35.849</u>	<u>35.849</u>
<b>Derivativos de passivos financeiros</b>			
Derivativo combustível – WTI (4)		22.208	22.208
Derivativo câmbio (4)		48.965	48.965
<b>Em 31 de dezembro</b>		<u>71.173</u>	<u>71.173</u>

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis de hierarquia.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- (1) Títulos públicos – referem-se a títulos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado.
- (2) Títulos privados – referem-se, normalmente, a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.
- (3) Certificados de depósito e outros depósitos – valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.
- (4) Instrumentos financeiros derivativos – usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, sendo contratos de mercado de balcão (*over-the-counter*). A Companhia estima o valor justo usando técnicas, tais como *Black & Scholes*, *Garman & Kohlhagen*, Monte Carlo ou mesmo modelos de fluxo de caixa descontado, comumente usados no mercado financeiro, dependendo da natureza do derivativo. Todos os modelos usados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais do derivativo. Esses modelos não contêm um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas nos modelos não admitem arbitrariedade, e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.

As aplicações financeiras em sua totalidade são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e mantidos para

**TAM S.A. e suas controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negociação (*trading*).

A gestão das aplicações financeiras no mercado doméstico é feita, majoritariamente, via fundos de investimento restrito. Esta estrutura segue alto nível de transparência e governança corporativa. A custódia dos títulos e quotas e a administração dos fundos são feitas por uma instituição independente dos gestores. Os mandatos e regulamentos são consistentes dentro de cada modalidade de gestão e possuem limites e formas de mensuração claras para risco de mercado, crédito e liquidez. A rentabilidade média desses fundos foi de 8,74 % em 2012 (2011 – 11,63%).

As aplicações em mercados internacionais consistem basicamente em depósitos a prazo, notas e operações *overnight* em dólar americano, todas com bancos de primeira linha com os quais a Companhia se relaciona comercialmente. Essas aplicações tiveram rentabilidade média de 0,65 % em 2012 (2011 – 1,17%).

**4.3 Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A administração do capital é feita por meio de índice de alavancagem. A estrutura do capital da Companhia é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total de empréstimos, debêntures e contratos de arrendamento (financeiro e operacional), líquido de caixa e equivalente de caixa e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.

O capital não é administrado na controladora, somente no consolidado.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.

Definimos capital total como o total do patrimônio líquido e dívida líquida conforme definido abaixo:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(654.553)	(650.081)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 4.2)	(897.428)	(1.684.932)
Ativos mantidos até o vencimento ( Nota 7)	(150.426)	
Empréstimos (Nota 20.3)	967.671	957.156
Debêntures e Bônus Seniores	2.775.398	2.877.661
Arrendamento operacional (Nota 36 (a))	1.383.148	1.320.378
Arrendamento financeiro (Nota 20.1)	5.173.624	5.329.839
Dívida líquida (1)	8.597.434	8.150.021
Total patrimônio líquido	532.477	2.124.120
Total capital (2)	9.129.911	10.274.141
Índice de alavancagem (1)/(2)	94,17 %	79,33 %

O índice de alavancagem da Companhia aumentou 14,84% devido principalmente ao prejuízo do período que reduziu o patrimônio líquido em R\$ 1.591.643, ou seja, 74,93% quando comparado com dezembro de 2011.

O plano da administração para reverter a situação acima está descrito na Nota 1.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5. Instrumentos financeiros por categoria**

		<b>Controladora</b>
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>
		<b>Total</b>
<b>Ativos conforme balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	150	150
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		5.289
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>150</b>	<b>5.439</b>

		<b>Controladora</b>
		<b>Passivos mensurados ao custo amortizado</b>
		<b>Total</b>
<b>Passivos conforme balanço patrimonial</b>		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		6.397
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>6.397</b>

		<b>Controladora</b>
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>
		<b>Total</b>
<b>Ativos conforme balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.029	1.029
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		330.125
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.029</b>	<b>331.154</b>

		<b>Controladora</b>
		<b>Passivos mensurados ao custo amortizado</b>
		<b>Total</b>
<b>Passivos conforme balanço patrimonial</b>		
Debêntures		174.650
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		4.354
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>179.004</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos	Total
Ativos conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	654.553				654.553
Instrumentos financeiros derivativos				5.601	5.601
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			897.428		897.428
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		150.426			150.426
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.545.318				1.545.318
Caixa restrito	59.965				59.965
Depósitos em garantia	82.287				82.287
Em 31 de dezembro de 2012	2.342.123	150.426	897.428	5.601	3.395.578
			Passivos mensurados ao custo amortizado	Derivativos	Total
Passivos conforme balanço patrimonial					
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais			1.340.822		1.340.822
Obrigações por arrendamento financeiro			5.173.624		5.173.624
Bônus seniores			2.259.448		2.259.448
Empréstimos			967.671		967.671
Debêntures			515.950		515.950
Instrumentos financeiros derivativos				62.039	62.039
Em 31 de dezembro de 2012			10.257.515	62.039	10.319.554

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Derivativos</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos conforme balanço patrimonial</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	650.081			650.081
Instrumentos financeiros derivativos			35.849	35.849
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.684.932		1.684.932
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.819.011			1.819.011
Ativos financeiros – depósitos bancários	138.009			138.009
Caixa restrito	93.824			93.824
Depósitos em garantia	57.014			57.014
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>2.757.939</b>	<b>1.684.932</b>	<b>35.849</b>	<b>4.478.720</b>
		<b>Passivos mensurados ao custo amortizado</b>	<b>Derivativos</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos conforme balanço patrimonial</b>				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		1.118.768		1.118.768
Obrigações por arrendamento financeiro		5.329.839		5.329.839
Bônus seniores		2.070.218		2.070.218
Empréstimos		957.156		957.156
Debêntures		807.443		807.443
Instrumentos financeiros derivativos			71.173	71.173
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>10.283.424</b>	<b>71.173</b>	<b>10.354.597</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa e contas bancárias	150	1.029	352.588	517.437
Depósitos de curto prazo			301.965	132.644
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>150</b>	<b>1.029</b>	<b>654.553</b>	<b>650.081</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia limites utilizados nas contas em garantias.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos nas seguintes moedas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Reais	150	1.029	488.134	289.745
Dólares americanos			59.423	277.277
Euros			12.988	31.033
Guarani			67.597	27.093
Libras esterlinas			2.516	3.751
Outras moedas			23.895	21.182
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>150</b>	<b>1.029</b>	<b>654.553</b>	<b>650.081</b>

**7. Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

A Companhia possui recursos aplicados em “Letras Financeiras” e tem como principal característica a proibição de resgate, total ou parcial, antes do vencimento pactuado. A Administração entende que este tipo de aplicação deve ser classificado como “Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento”. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 150.426, registrado em sua totalidade no curto prazo (2011 – R\$ 138.009 no longo prazo).

**8. Contas a receber**

			<b>Consolidado</b>	
	<b>Nacionais</b>	<b>Internacionais</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Cartões de crédito	879.996	88.504	968.500	58,7
Agências de turismo	171.657	26.091	197.748	12,0
Programa Fidelidade - Multiplus	164.075		164.075	9,9
Correntistas	58.923	844	59.767	3,6
Agência de cargas	1.000	799	1.799	0,1
Outros	198.645	60.158	258.803	15,7
<b>Total</b>	<b>1.474.296</b>	<b>176.396</b>	<b>1.650.692</b>	<b>100,0</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(76.712)	(28.662)	(105.374)	
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.397.584</b>	<b>147.734</b>	<b>1.545.318</b>	

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Nacionais	Internacionais	Total	%
Cartões de crédito	1.184.088	80.747	1.264.835	65,7
Agências de turismo	236.771	62.494	299.265	15,5
Programa Fidelidade – Multiplus	24.525		24.525	1,3
Correntistas	87.866	555	88.421	4,5
Agência de cargas	8.662	74.433	83.095	4,3
Outros	134.791	29.793	164.584	8,7
<b>Total</b>	<b>1.676.703</b>	<b>248.022</b>	<b>1.924.725</b>	<b>100,0</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.762)	(34.952)	(105.714)	
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.605.941</b>	<b>213.070</b>	<b>1.819.011</b>	

As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas:

	2012	2011
Reais	1.103.254	1.717.708
Dólares americanos	288.379	100.421
Euros	141.475	35.126
Libras esterlinas	9.321	13.834
Outras moedas	108.263	57.636
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>1.650.692</b>	<b>1.924.725</b>

**(a) Composição do saldo por vencimento**

	2012	%	2011	%
A vencer	1.417.047	85,8	1.760.483	91,5
Vencidos				
até 60 dias	54.882	3,3	46.089	2,4
de 61 a 90 dias	8.113	0,5	16.619	0,9
de 91 a 180 dias	17.668	1,1	6.597	0,3
de 181 a 360 dias	52.632	3,2	5.834	0,3
há mais de 360 dias	100.350	6,1	89.103	4,6
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>1.650.692</b>	<b>100,0</b>	<b>1.924.725</b>	<b>100,0</b>

**(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2012	2011
Saldo no início do exercício	105.714	98.321
Constituição de provisão	6.014	12.078
Recuperação de créditos provisionados	(6.354)	(4.685)
Saldo ao final do exercício	105.374	105.714

A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em “despesas com vendas” na demonstração do resultado.



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório é o valor contábil de cada tipo de recebível mencionado acima.

Baseado nos tipos de contas a receber e o risco vinculado, a Administração entende que existe somente uma classe de contas a receber.

**9. Estoques**

		<b>Consolidado</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Peças e materiais para manutenção e reparos	222.390	179.446
Outros estoques (*)	40.029	33.163
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>262.419</b>	<b>212.609</b>

(\*) Outros estoques inclui uniformes, material de papelaria e itens de alimentação.

**10. Tributos a recuperar**

		<b>Consolidado</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	40.258	25.552
Tributos a recuperar	38.597	25.140
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	43.375	362.509
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)		18.365
Outros	8.394	5.386
	130.624	436.952
Provisão para perda - ICMS	(15.944)	(15.944)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>114.680</b>	<b>421.008</b>

- (i) A TLA revisou durante o ano de 2011 os critérios utilizados na determinação dos créditos de PIS e COFINS. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2011 R\$ 599 milhões de crédito de PIS e COFINS (sendo R\$ 525 milhões como redutor da rubrica “Custos com combustível”, R\$ 34 milhões como redutor do “Resultado financeiro” e R\$ 40 milhões como redutora da rubrica “Tarifas aeroportuárias”) por mudança de estimativa referente a tributação realizada pela cumulatividade sobre a receita de serviços de passageiros internacionais. Diante da análise da legislação vigente e suportado por pareceres jurídicos independentes, a controlada reconheceu o crédito de PIS e COFINS para tributação cumulativa e não cumulativa sobre a receita de serviços de passageiros internacionais. A Administração finalizou durante o terceiro trimestre de 2011 a revisão de critérios e não espera reconhecer valores adicionais em relação ao método de rateio proporcional de créditos em períodos futuros.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Partes relacionadas**

**(a) Saldos**

	<b>Controladora</b>				
	<b>2012</b>				
	<b>TLA</b>	<b>Total</b>			
<b>Ativo circulante</b>					
Dividendos a receber	15.226				15.226
<b>Ativo não circulante</b>					
Mútuos com empresas ligadas	182				182
<b>Passivo circulante</b>					
Partes relacionadas	1.410				1.410
	<b>Controladora</b>				
	<b>2011</b>				
	<b>BTG Pactual (*)</b>	<b>Multiplus</b>	<b>Pantanal</b>	<b>TLA</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	175				175
Dividendos a receber		47.801		140.125	187.926
<b>Ativo não circulante</b>					
Mútuos com empresas ligadas			193	4.425	4.618
<b>Passivo não circulante</b>					
Partes relacionadas				4.015	4.015

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>
	<b>2012</b>
<b>Ativo circulante</b>	
<b>Contas a receber</b>	
TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.	29
LATAM Airlines Group S.A.	1.282
Lan Cargo S.A.	2.291
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	64.971
Lan Argentina S.A.	1.807
Aerotransp.Mas de Carga S.A. De C.V. (Mas Air)	40
Líneas Aéreas de Ecuador S.A.	26
Andes Airport Services S.A.	110
Prismah Fidelidade S.A.	1.220
Made in Everywhere Repr Com Distr Ltda	4
	<u>71.780</u>
<b>Ativo não circulante</b>	
Mútuos com empresas ligadas – LATAM Airlines Group S.A.	<u>70.715</u>
	<u>70.715</u>
<b>Passivo circulante</b>	
<b>Fornecedores</b>	
LATAM Airlines Group S.A.	23.214
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	12.996
Transporte Aéreo S.A.	19
Lan Argentina S.A	56.019
Lan Peru S.A.	1.192
Aires S.A.	210
	<u>93.650</u>
<b>Contas a pagar</b>	
Made in Everywhere Repr Com Distr Ltda	<u>51</u>
	<u>51</u>
	<u>93.701</u>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>
	<b>2011</b>
<b>BTG Pactual (*)</b>	
<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalente de caixa	102.390
Instrumentos financeiros derivativos	4.850
<b>Ativo não circulante</b>	
Instrumentos financeiros derivativos	454
<b>Passivo circulante</b>	
Instrumentos financeiros derivativos	8.276
<b>Passivo não circulante</b>	
Instrumentos financeiros derivativos	7.779
<b>Patrimônio líquido</b>	
Hedge de fluxo de caixa	(14.639)

(\*) A partir de julho de 2012, o BTG deixou de ser parte relacionada com a TAM S.A., pois não possui membros que participem do Conselho de Administração da Companhia.

**(b) Transações**

	<b>2012</b>
<b>Resultado</b>	
<b>Arrendamento</b>	
LATAM Airlines Group S.A.	26.445
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	38.412
<b>Líquido de compras e vendas de espaço de cargas</b>	
LATAM Airlines Group S.A.	(12.485)
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	27.180
<b>Resultado financeiro</b>	
<b>Mútuos com empresas ligadas</b>	
Lan Chile S.A.	(2.004)
Lan Cargo S.A.	(39)
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	1.469
Lan Argentina S.A.	1.450
Lan Peru S.A.	6
Andes Airport Services S.A.	(7)
	<b>2011</b>
<b>Resultado financeiro</b>	
BTG Pactual	
Receita financeira	61.436
Despesa financeira	(44.525)

**(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente, vice-diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar por presidentes e serviços de empregados está demonstrada a seguir:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Salários	20.907	27.587
Honorários do Conselho de Administração	1.464	1.761
Remuneração baseada em ações		16.360
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>22.371</b>	<b>45.708</b>

**12. Demais contas a receber**

		<b>Consolidado</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Adiantamento a fornecedores	41.852	25.062
Adiantamento a funcionários	26.406	26.723
Adiantamento para compra de pontos	21.215	24.624
Contribuições para planos de contribuição definida		17.379
Outros adiantamentos	13.527	8.873
Outros	21.370	29.507
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>124.370</b>	<b>132.168</b>
<b>Circulante</b>	<b>(86.097)</b>	<b>(85.397)</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>38.273</b>	<b>46.771</b>

**13. Instrumentos financeiros derivativos**

		<b>Consolidado</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo</b>		
Derivativos de petróleo bruto – <i>West Texas Intermediate</i>		
<i>Seagulls</i>		13.858
<i>Collar</i>	5.406	19.449
	5.406	33.307
Futuros de moeda estrangeira		
<i>Collar</i>	195	2.542
<b>Em 31 de dezembro</b>	5.601	35.849
<b>Circulante</b>	(3.315)	(27.222)
<b>Não circulante</b>	2.286	8.627
<b>Passivo</b>		
Derivativos de petróleo bruto – <i>West Texas Intermediate</i>		
<i>Foward</i>	18.391	
<i>Seagulls</i>		1.789
<i>Collar</i>	12.334	20.419
	30.725	22.208
Futuros de moeda estrangeira		
<i>Collar</i>	31.314	48.965
	31.314	48.965
<b>Em 31 de dezembro</b>	62.039	71.173
<b>Circulante</b>	(48.772)	(27.238)
<b>Não circulante</b>	13.267	43.935

**(a) Distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes**

A distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada a seguir:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2012			2011		
<b>Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard&amp;Price, Moody's ou Fitch)</b>	<b>Local de negociação</b>	<b>TLA</b>	<b>Multiplus</b>	<b>Total</b>	<b>TLA</b>	<b>Multiplus</b>	<b>Total</b>
AAA*	<i>Over the counter</i>				2.623	(24.956)	(22.333)
AA+, AA ou AA-*	<i>Over the counter</i>				2.979	(21.399)	(18.420)
A+, A ou A-*	<i>Over the counter</i>	(25.319)	(4.538)	(29.857)	5.429		5.429
BBB ou -BBB*	<i>Over the counter</i>		(26.582)	(26.582)			
		(25.319)	(31.120)	(56.439)	11.031	(46.355)	(35.324)
Derivativo de combustível ativo – WTI		5.406		5.406	33.307		33.307
Derivativo de combustível passivo – WTI		(30.725)		(30.725)	(22.208)		(22.208)
Derivativo de combustível, líquido – WTI		(25.319)		(25.319)	11.099		11.099
Derivativo de câmbio ativo			194	194		2.542	2.542
Derivativo de câmbio passivo			(31.314)	(31.314)	(68)	(48.897)	(48.965)
Derivativo de câmbio, líquido			(31.120)	(31.120)	(68)	(46.355)	(46.423)
		(25.319)	(31.120)	(56.439)	11.031	(46.355)	(35.324)
Efeito no patrimônio líquido							
Ajuste de avaliação patrimonial							
Hedge de fluxo de caixa – reconhecimento em outros resultados abrangentes			(53.813)	(53.813)		(53.515)	(53.515)
Hedge de fluxo de caixa – realizado pelo resultado			(3.216)	(3.216)		1.680	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos efetivo			19.390	19.390		17.624	17.624
			(37.639)	(37.639)		(34.211)	(34.211)

(\*) Os *ratings* são expressos na escala global. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

O valor justo total de um instrumento derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo e passivo circulante se for inferior a 12 meses.

Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são segregados entre valor intrínseco e valor temporal. O valor intrínseco corresponde à parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e tem seu registro inicial em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, sendo reconhecido no resultado no mesmo momento em que a operação protegida se tornou realizada e ponderando a velocidade do resgate de pontos objeto do *hedge*. O valor temporal corresponde à parcela não efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e tem seu reconhecimento em conta específica no resultado financeiro da Companhia (Nota 34).

A Companhia acompanha a concentração de instrumentos financeiros em uma única contraparte. Políticas internas exigem a comunicação de concentrações excessivas ao Comitê de Riscos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2012, apenas uma contraparte excedia este limite, porém a Companhia considera este risco de concentração aceitável.

Os respectivos *notional* e valores justos dos derivativos em aberto por vencimento estão descrito na Nota 4.1.1.

#### **14. Ativos não circulantes disponíveis para venda**

Os ativos não circulantes disponíveis para venda correspondem as aeronaves, motores e peças sobressalentes adquiridas através da compra da Pantanal e que não estão em uso. Em 31 de dezembro de 2011 elas foram registradas como ativos não circulantes separados dos outros ativos não circulantes, uma vez que (i) a realização da venda é praticamente certa; (ii) a Administração está comprometida com o plano de venda desses ativos; (iii) espera-se que a venda seja concretizada num período de 12 meses após 31 de dezembro de 2011 e (iv) os ativos estão disponíveis para venda em sua condição atual. Os ativos registrados nesse grupo são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, o que resultou, em 2012, uma provisão de perda na realização destes ativos de R\$ 1.629. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de ativos não circulante disponíveis para venda era de R\$ 18.221 (2011 – R\$ 21.474). Em outubro de 2012 a Pantanal recebeu um adiantamento de depósito no montante de US\$ 1.000 garantindo que a negociação está em andamento. Caso a negociação não se concretize, a Pantanal deverá devolver o valor recebido.

#### **15. Depósitos em garantia**

Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar ("US\$"), acrescidos de juros que podem variar até a taxa *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR") mais juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos efetuados era de R\$ 82.287 (2011 – R\$ 57.014), equivalentes a US\$ 40.268 (2011 – US\$ 30.395).

#### **16. Pré-pagamentos de manutenções**

Os pré-pagamentos de manutenção são garantias ao proprietário das aeronaves e motores arrendados de que, ao recebê-lo, poderão restaurá-los a sua condição original. Alguns contratos de arrendamento de aeronaves exigem depósitos antecipados em uma conta restrita em favor do arrendador por conta das manutenções. Os saques desta conta podem ser efetuados pelo arrendador se a manutenção requerida das aeronaves e motores não for efetuada quando da sua devolução. Devido ao fato da TLA efetuar a manutenção das aeronaves ou de seus itens integrantes, tais como: casco, trem de pouso dentre outros, a TLA poderá solicitar ao arrendador a devolução da quantia correspondente. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos para esta finalidade totalizava R\$ 552.968 (2011 – R\$ 547.862).



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. Investimentos**

**(a) Controladora**

**(i) Movimentação dos investimentos diretos**

	<b>TLA</b>	<b>TAM Airlines</b>	<b>TP</b>	<b>Multiplus</b>	<b>Pantanal</b>	<b>Corsair</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	1.465.678	31.003	(600)	189.535	(31.905)		1.653.711
Resultado de equivalência patrimonial	(1.315.496)	10.935	293	163.875	(3.870)		(1.144.263)
<i>Hedge accounting</i> (líquido dos impostos)				(2.406)			(2.406)
Remuneração com base em ações	5.186			5.911			11.097
Remuneração com base em ações – Transferido para o passivo	(6.299)						(6.299)
Baixa de reserva de reavaliação - Terreno	(5.907)						(5.907)
Adiantamento para Aumento de Capital – AFAC TAM S.A.	112.000						112.000
Variação cambial de controlada no exterior		6.685					6.685
Dividendos e juros sobre capital próprio				(248.158)			(248.158)
Aumento de capital com acervo líquido oriundo da cisão parcial da Pantanal						191	191
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>255.162</b>	<b>48.623</b>	<b>(307)</b>	<b>108.757</b>	<b>(35.775)</b>	<b>191</b>	<b>376.651</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(ii) Informações sobre empresas controladas**

							2012
	<b>TLA</b>	<b>TAM Airlines</b>	<b>TP Participações</b>	<b>Multiplus</b>	<b>Pantanal</b>	<b>Corsair</b>	<b>Total</b>
Capital Social	897.122	46.183	30	79.565	49.508	191	
Quantidade de ações – Total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	161.964.306	117.778.942	1.000	
Possuídas - ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.026.958	117.778.942	1.000	
% de participação							
No capital total	100,00	94,98	100,00	72,87	100,00	100,00	
No capital votante	100,00	94,98	100,00	72,87	100,00	100,00	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	255.162	51.199	(307)	149.246	(35.775)	191	
Valor do investimento	255.162	48.623	(307)	108.757	(35.775)	191	376.651
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.315.496)	11.513	293	224.305	(3.870)		
Resultado da equivalência	(1.315.496)	10.935	293	163.875	(3.870)		(1.144.263)

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>TLA</b>	<b>TAM Airlines</b>	<b>TP Participações</b>	<b>Multiplus</b>	<b>Pantanal</b>	<b>2011 Total</b>
Capital Social	897.122	46.183	30	70.400	49.508	
Quantidade de ações – Total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	161.371.285	117.778.942	
Possuídas - ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.026.958	117.778.942	
% de participação						
No capital total	100,00	94,98	100,00	73,14	100,00	
No capital votante	100,00	94,98	100,00	73,14	100,00	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.465.678	32.642	(600)	259.140	(31.905)	
Valor do investimento	1.465.678	31.003	(600)	189.535	(31.905)	1.653.711
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(422.537)	(2.212)	143	274.246	(90.528)	
Resultado da equivalência patrimonial	(422.537)	(2.101)	143	200.653	(90.528)	314.370

**TAM S.A. e suas controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais rubricas contábeis das principais controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da TAM S.A. são:

	<b>2012</b>			
	<b>TLA</b>	<b>Multiplus</b>	<b>TAM Airlines</b>	<b>Pantanal</b>
Ativo	13.692.075	1.302.109	111.540	23.734
Passivo	13.436.913	1.152.863	60.341	184.466
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	255.162	149.246	51.199	(160.732)
Receita	13.297.667	1.476.014	266.706	150.566
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.315.496)	224.305	11.513	(3.042)
	<b>2011</b>			
	<b>TLA</b>	<b>Multiplus</b>	<b>TAM Airlines</b>	<b>Pantanal</b>
Ativo	14.253.845	1.308.434	74.482	28.634
Passivo	12.788.167	1.049.297	41.835	186.133
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	1.465.678	259.137	32.647	(157.499)
Receita	12.640.422	1.246.812	189.339	222.539
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(422.537)	274.246	(2.101)	(90.528)

**(b) Consolidado – joint venture**

A Prismah Fidelidade S.A. é uma entidade controlada em conjunto entre a controlada Multiplus e Aimia Newco UK LLP (“Aimia”), onde a participação societária na investida não possibilita decisão unilateral que afete os retornos sobre o investimento. Multiplus possui 50% das ações da investida e a participação neste investimento será contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A participação nos resultados desta sociedade é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da investidora. Esta empresa foi constituída em 2 de abril de 2012, cujo objeto social é a prestação de serviços diversos e desenvolvimento de programas relacionados a programas de fidelidade/relacionamento com clientes e programas de incentivos à cadeia de vendas para empresas incluindo, mas sem se limitar, à gestão de relacionamento com clientes, consultoria técnica e consultoria tecnológica, por meio de programas de pontos ou outras moedas de troca passíveis de conversão em pontos de programas de fidelidade.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(i) Movimentação do investimento**

	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor do capital social</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>		
Integralização de capital – AAG Constituinte (*)	500	1
Aumento de capital – AGE (**) 18/09/2012	6.571.500	6.571
Resultado de equivalência patrimonial		(2.203)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>6.572.000</b>	<b>4.369</b>

(\*) Ata de Assembleia Geral - Multiplus

(\*\*) Assembleia Geral Extraordinária - Multiplus

**(ii) Informações sobre a investida**

	<b>2012</b>
Capital social	13.144
Quantidade de ações – ordinárias	13.144.000
Possuídas – ordinárias	6.572.000
% de participação	50,00
Patrimônio líquido	13.144
Valor do investimento	4.369
Prejuízo do período	(4.406)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.203)
Rubricas da investida	
Ativo circulante	8.902
Ativo não circulante	4.649
Passivo circulante	4.814
Receitas financeiras	336
Despesas no período	(4.742)

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. Imobilizado**

	Consolidado							
	Equipamentos de voo (i)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (ii)	Outros (iii)	Total
Custo total	11.552.726	260.768	175.787	141.501	33.661	832.350	217.151	13.213.944
Depreciação acumulada	(3.505.101)	(51.059)	(137.553)	(80.983)			(121.297)	(3.895.993)
Em 31 de dezembro de 2011	8.047.625	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.317.951
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (iv)						(450.987)		(450.987)
Aquisições	810.003	755	5.961	14.653	13.152	541.077	22.363	1.407.964
Transferência (v)	20.911	15.739	(150)	1.307	(29.253)	(21.002)	14.911	2.463
Alienações/ baixas	(498.128)	(5.946)	(994)	(764)			(1.339)	(507.171)
Juros capitalizados						28.958		28.958
Outras							10	10
Depreciação	(614.294)	(7.282)	(16.388)	(10.560)			(18.380)	(666.904)
Em 31 de dezembro de 2012	7.766.117	212.975	26.663	65.154	17.560	930.396	113.419	9.132.284
Custo total	11.885.512	271.316	180.603	156.698	17.560	930.396	253.096	13.695.181
Depreciação acumulada	(4.119.395)	(58.341)	(153.940)	(91.544)			(139.677)	(4.562.897)
Em 31 de dezembro de 2012	7.766.117	212.975	26.663	65.154	17.560	930.396	113.419	9.132.284

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Equipamentos de voo (i)	Terrenos e edificios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (ii)	Outros (iii)	Total
Custo total	10.722.269	254.572	152.665	135.873	16.121	476.514	214.138	11.972.152
Depreciação acumulada	(2.921.821)	(44.901)	(120.934)	(69.617)			(103.029)	(3.260.302)
Em 31 de dezembro de 2010	7.800.448	209.671	31.731	66.256	16.121	476.514	111.109	8.711.850
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (iv)						(123.681)		(123.681)
Aquisições	829.477	3.379	24.790	6.265	5.497	509.952	12.898	1.392.258
Transferência (v)	59.916	2.889	(1.593)	(89)	12.089	(47.044)	(8.554)	17.614
Alienações/ baixas	(17.332)	(26)	(36)	(523)	(46)		(1.304)	(19.267)
Ativo disponível para venda	(21.474)							(21.474)
Prejuízo nas operações de <i>sale and leaseback</i>	(20.130)							(20.130)
Juros capitalizados						16.609		16.609
Outras		(46)	(39)	(25)			(27)	(137)
Depreciação	(583.280)	(6.158)	(16.619)	(11.366)			(18.268)	(635.691)
Em 31 de dezembro de 2011	8.047.625	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.317.951
Custo total	11.552.726	260.768	175.787	141.501	33.661	832.350	217.151	13.213.944
Depreciação acumulada	(3.505.101)	(51.059)	(137.553)	(80.983)			(121.297)	(3.895.993)
Em 31 de dezembro de 2011	8.047.625	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.317.951

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil estimada dos itens utilizada no cálculo da depreciação é:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de voo – aeronaves	6 - 25
Equipamentos de voo - motores	10
Manutenção	4 - 6
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	10
Computadores	5

(i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6/IAS 17. A TAM possui, em 31 de dezembro de 2012, 83 aeronaves nessa modalidade (31 de dezembro de 2011 – 84 aeronaves).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada TLA recebeu três aeronaves classificadas como arrendamento operacional.

(ii) Os valores desembolsados do programa de aquisição de aeronaves são mantidos como adiantamentos, uma vez, que no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica da Companhia demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável.

(iii) Abrangem basicamente móveis e veículos.

(iv) As transferências de pré-pagamento de aeronave ocorrem quando as aeronaves são entregues e os valores são restituídos para a TAM ou capitalizados com os equipamentos de voo como “adições”.

(v) Transferência do total correspondente aos itens classificados como intangível para imobilizado.

Os imóveis e benfeitorias da controlada TLA hipotecados como garantia de empréstimos somam R\$ 110.499 (2011 - R\$ 110.499).

Com exceção das aeronaves, não há valores significativos referentes a imobilizado fora do Brasil. As aeronaves estão localizadas no Brasil, mas são usadas em voos domésticos e internacionais.

A despesa de depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos dos serviços prestados	628.126	519.335
Despesas comerciais	1.844	4.025
Despesas gerais e administrativas	36.934	112.331
<b>Em 31 de dezembro</b>	<u>666.904</u>	<u>635.691</u>



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19. Intangível**

	<b>Consolidado</b>						
	<b>Projetos de tecnologia da informação (i)</b>	<b>Softwares</b>	<b>Outros intangíveis</b>	<b>Direito de uso – Slots</b>	<b>Marcas e patentes (iv)</b>	<b>Goodwill (ii)</b>	<b>Total</b>
Custo total	370.247	93.340	30.982	124.927	168.312	38.262	826.070
Amortização acumulada	(148.549)	(67.527)					(216.076)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>221.69</b>	<b>25.813</b>	<b>30.982</b>	<b>124.927</b>	<b>168.312</b>	<b>38.262</b>	<b>609.994</b>
Adições	93.284	13.943					107.227
Baixas	(17.581)	(5.227)					(22.808)
Transferência (iii)	(1.186)	(1.277)					(2.463)
Amortização	(75.521)	(17.303)					(92.824)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>220.694</b>	<b>15.949</b>	<b>30.982</b>	<b>124.927</b>	<b>168.312</b>	<b>38.262</b>	<b>599.126</b>
Custo total	444.764	100.779	30.982	124.927	168.312	38.262	908.026
Amortização acumulada	(224.070)	(84.830)					(308.900)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>220.694</b>	<b>15.949</b>	<b>30.982</b>	<b>124.927</b>	<b>168.312</b>	<b>38.262</b>	<b>599.126</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	Projetos de tecnologia da informação (i)	Softwares	Outros intangíveis	Direito de uso – Slots	Marcas e patentes (iv)	Goodwill (ii)	Total
Custo total	325.803	58.690	47.684	124.927	168.312		725.416
Amortização acumulada	(68.716)	(52.676)					(121.392)
Em 31 de dezembro de 2010	257.087	6.014	47.684	124.927	168.312		604.024
Adições	55.512	23.507	987			38.262	118.268
Transferência (iii)	(11.068)	11.143	(17.689)				(17.614)
Amortização	(79.833)	(14.851)					(94.684)
Em 31 de dezembro de 2011	221.698	25.813	30.982	124.927	168.312	38.262	609.994
Custo total	370.247	93.340	30.982	124.927	168.312	38.262	826.070
Amortização acumulada	(148.549)	(67.527)					(216.076)
Em 31 de dezembro de 2011	221.698	25.813	30.982	124.927	168.312	38.262	609.994

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O saldo de projetos de tecnologia da informação considera os gastos com desenvolvimento de projetos e de *softwares*, incluindo gastos com materiais, horas trabalhadas de terceiros e outros gastos diretos, os quais são reconhecidos quando é provável que os projetos serão bem sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente quando o seu custo pode ser medido de modo confiável. A amortização desses gastos é feita pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. O prazo de amortização previsto é de até cinco anos, dependendo do estudo de recuperabilidade de cada projeto.
- (ii) Quando da aquisição da Pantanal em março de 2010, foram identificados como ativos intangíveis os direitos separáveis de operações de aeroporto. O valor justo desse ativo intangível foi estimado em R\$ 124.927 e o ativo considerado de vida útil indefinida. A Companhia concluiu, durante o primeiro trimestre de 2011, a avaliação da combinação de negócios decorrente da aquisição da Pantanal Linhas Aéreas S.A., iniciada em 15 de março de 2010. Como resultado dessa avaliação, foi registrado o valor de R\$ 38.262 a título de imposto de renda e contribuição social diferido passivo originado da diferença entre o valor fiscal do intangível e o valor justo registrado para fins da combinação de negócios. O passivo fiscal diferido resultante foi registrado em contrapartida ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).
- (iii) Transferência do total correspondente aos itens classificados como intangível para imobilizado.

A despesa de amortização encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos dos serviços prestados	600	77.353
Despesas comerciais	6.645	600
Despesas gerais e administrativas	<u>85.579</u>	<u>16.731</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<u>92.824</u>	<u>94.684</u>

- (iv) Teste para avaliação da redução ao valor recuperável (*impairment*)

Com a aquisição da Pantanal, a Companhia reconheceu um ativo intangível de vida útil indefinida o direito de uso nas operações em aeroportos (*slots*) e ágio.

Os *slots* foram alocados para unidade geradora de caixa (UGC) Pantanal na aquisição e o ágio foi alocado para o segmento operacional "Aviação", que inclui duas UGCs: TLA e Pantanal. Também na aquisição da marca TAM reconhecemos a marca TAM como um ativo intangível com vida útil indefinida alocada a UGC TLA.

O segmento operacional e a UGC Aviação alocaram em 31 de dezembro de 2011 um ágio no montante de R\$ 38.262, *slots* com vida útil indefinida o montante de R\$ 124.927 e a marca TAM com vida útil indefinida o montante de R\$ 168.312.

O valor recuperável da UGC Aviação foi estimado baseado no valor justo menos o custo de venda. O valor justo menos o custo de venda foi estimado em uma metodologia que considera o valor justo menos o custo de venda da TAM em 31 de dezembro de 2012 reduzido pelo valor de mercado da Multiplus naquela data na extensão da participação da TAM na Multiplus. Não foi identificado redução ao valor recuperável.

## 20. Passivos financeiros

O valor contábil dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos, são demonstrados abaixo:

	<b>Valor Justo</b>		<b>Consolidado Valor Contábil</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Em 31 de dezembro</b>				
<b>Circulante</b>				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 20.1)	742.628	707.696	742.628	707.696
Bônus seniores (Nota 20.2)	38.089	33.355	34.865	32.004
Empréstimos (Nota 20.3)	955.615	912.668	957.489	947.110
Debênture	538.939	319.009	515.950	311.190
	<u>2.275.271</u>	<u>1.972.728</u>	<u>2.250.932</u>	<u>1.998.000</u>
<b>Não circulante</b>				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 20.1)	4.430.996	4.622.142	4.430.996	4.622.143
Bônus seniores (Nota 20.2)	2.442.037	2.100.761	2.224.583	2.038.214
Empréstimos (Nota 20.3)	10.144	9.643	10.182	10.046
Debêntures (Nota 20.4)		527.319		496.253
	<u>6.883.177</u>	<u>7.259.865</u>	<u>6.665.761</u>	<u>7.166.656</u>

### 20.1 Obrigações por arrendamentos financeiros

Pagamentos mensais com vencimento final em		2012	2011
<b>Em moeda nacional</b>			
Equipamentos de informática	2014	15.616	33.168
<b>Em moeda estrangeira – US\$</b>			
Aeronaves	2024	4.949.361	5.070.135
Motores	2021	204.168	222.363
Máquinas e equipamentos	2014	4.479	4.173
<b>Em 31 de dezembro</b>		5.173.624	5.329.839
<b>Circulante</b>		(742.628)	(707.696)
<b>Não circulante</b>		4.430.996	4.622.143

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas pela TAM cartas de fiança e depósitos em garantia.

Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ano</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Não superior a um ano	864.509	816.750
Entre 1 e 5 anos	3.218.395	3.178.009
Superior a 5 anos	1.659.013	1.865.986
Efeito de desconto	(561.120)	(530.906)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>5.180.797</b>	<b>5.329.839</b>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, através de suas controladas TLA e TAM Airlines, possui 83 aeronaves (2011 – 84 aeronaves) registradas como arrendamento financeiro.

## 20.2 Bônus Seniores

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
TAM Capital, Inc. (i)	615.225	563.468
TAM Capital 2, Inc. (ii)	627.823	575.045
TAM Capital 3, Inc. (iii)	1.016.400	931.705
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>2.259.448</b>	<b>2.070.218</b>
<b>Circulante</b>	<b>(34.865)</b>	<b>(32.004)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.224.583</b>	<b>2.038.214</b>

- (i) Em 25 de abril de 2007, a TAM Capital Inc. concluiu oferta de 3.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$ 100 mil, valor total original de US\$ 300 milhões (equivalente a R\$ 710,4 milhões utilizando a taxa de conversão da transação), custo de captação de R\$ 13,7 milhões, com juros de 7,375% a.a. (taxa efetiva na data da transação 7,70% a.a.) pagos semestralmente e o principal a pagar integralmente em 2017, por meio de uma oferta no exterior isenta de registros na CVM. A Companhia registrou os bônus seniores na *Security and Exchange Commission* ("SEC") em 30 de outubro de 2007.
- (ii) Em 22 de outubro de 2009, a TAM Capital 2 Inc. concluiu oferta de 3.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$ 100 mil, valor total original de US\$ 300 milhões (equivalentes a R\$ 523,2 milhões, utilizando a taxa de conversão da transação), com juros de 9,5% a.a. (taxa efetiva na data da transação 9,75% a.a.) a serem pagos semestralmente e com o principal a ser pago integralmente em 2020. A oferta foi efetuada no exterior isenta de registro na CVM e na SEC. TAM Capital 2 tem a opção de resgatar antecipadamente os bônus seniores, a qualquer momento antes de 29 de janeiro de 2015. Em caso de reembolso antecipado um prêmio de resgate deve ser pago. A Administração conclui que o preço de resgate compensa a perda de juros dos credores, como tal, a opção de resgate está correlacionada *clearly and closely* com os bônus seniores.
- (iii) Em 3 de junho de 2011, a TAM Capital 3 Inc. concluiu oferta de 5.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$ 100 mil, valor total original de US\$ 500 milhões (equivalentes a R\$ 787,2 milhões, utilizando a taxa de conversão da transação) e custo de captação de R\$ 10,1 milhões, com juros de 8,375% a.a. (taxa efetiva na data da transação 8,570% a.a.) a serem pagos semestralmente a partir de dezembro de 2011 e com o principal a ser pago integralmente em junho de 2021. A oferta foi efetuada no exterior isenta de registro na CVM e na SEC. TAM Capital 3 tem a opção de resgatar antecipadamente os bônus seniores, a qualquer momento antes de 3 de junho de 2016. Em caso de reembolso antecipado um prêmio de resgate deve ser pago. A Administração conclui que o preço de resgate compensa a perda de juros dos credores, como tal, a opção de resgate está correlacionada (*clearly and closely*) com os bônus seniores.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20.3 Empréstimos**

	<b>Garantias</b>	<b>Encargos financeiros (taxas efetivas em 2012 e 2011)</b>	<b>Formas de pagamento e vencimento final</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Em moeda nacional</b>					
FINEM – Sub crédito B	Hipoteca de bens e contas a receber	Cesta de moedas BNDES + 3,0% a.a. (12,2% a.a. e 10,5%	Mensal até 2012		174
Outros (i)			Mensal até 2015	3.617	2.699
				3.617	2.873
<b>Em moeda estrangeira</b>					
FINIMP (ii)	Notas promissórias de US\$ 199 mil e 33.605 mil	LIBOR + 2,30% a.a. a 5,57% a.a. (2,15% a.a. a 5,70% a.a.)	Anual até Dezembro/2013	850.530	712.803
<i>International Finance Corporation – IFC</i> (Capital de Giro) (iii)	Depósito em garantia de US\$ 2.500 mil	LIBOR semestral + 3% a.a	Semestral até 2012		2.688
Renegociação de arrendamento (iv)	Carta de fiança	Parcelas fixas (US\$ 55 mil)	Mensal até 2022	9.463	9.386
Financiamento de pré-pagamento de aeronaves (v)	Garantia incondicional	LIBOR trimestral + 2,5% a.a. (LIBOR mensal + 0,6% a.a)	Trimestral até 2013	103.335	227.164
Outros (vi)				726	2.242
				964.054	954.283
			<b>Em 31 de dezembro</b>	967.671	957.156
			<b>Circulante</b>	(957.489)	(947.110)
			<b>Não circulante</b>	10.182	10.046

Financiamento de importação ("FINIMP"), Financiamento a empreendimentos ("FINEM"), Taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e Certificado de depósito interbancário ("CDI").

**TAM S.A. e suas controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos das parcelas de longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Entre 1 e 3 anos	4.326	3.783
Superior a 3 anos	5.856	6.263
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>10.182</b>	<b>10.046</b>

- (i) A TAM assinou acordos de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos. As operações que se encontram ativas, possuem vencimentos até 2015, com os bancos Itaú Unibanco e Safra.
- (ii) A TAM assinou acordos de empréstimos na modalidade FINIMP, para financiar importação de motores e peças aeronáuticas. Dentre as operações que se encontram ativas, as captações com os bancos Safra, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Citibank, possuem vencimentos até dezembro/2013.
- (iii) Em 16 de dezembro de 2005, a TLA assinou acordo de empréstimo com o "International Finance Corporation" (IFC), para financiar até US\$ 33 milhões em operações de adiantamento de aeronaves (*pre-delivery payment - PDP*) Airbus contratadas junto à fabricante francesa.
- (iv) Dívida proveniente da renegociação de um contrato de fornecimento de aviões e peças celebrado entre TAM e *Fokker Aircraft BV* em 25 de junho de 1982.
- (v) A TLA e a TAM Financial 3, assinaram em 2011, acordos de empréstimos com o banco *Crédit Agricole* para financiar até US\$ 150 milhões em operações de adiantamento de aeronaves (*pre-delivery payment - PDP*) Boeing contratadas junto à fabricante americana.
- (vi) Contrato de aquisição de equipamentos, programas de *software* e serviços relacionados a produtos de tecnologia da informação.

**20.4 Debêntures**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
TAM S.A.		174.650		174.650
TAM Linhas Aéreas S.A. (i)			515.950	632.793
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>174.650</b>	<b>515.950</b>	<b>807.443</b>
<b>Circulante</b>		<b>(174.650)</b>	<b>(515.950)</b>	<b>(311.190)</b>
<b>Não circulante</b>				<b>496.253</b>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Entre 1 e 3 anos		297.546
Superior a 3 anos		198.707
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>496.253</b>

(i) TAM Linhas Aéreas S.A.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2009, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória da TAM S.A.

Em 24 de julho de 2009, a TAM Linhas Aéreas S.A. concluiu oferta de 600 debêntures simples, série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 e valor total original de R\$ 600.000 e custo de captação de R\$ 7.631. Em 22 de julho de 2010, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovando a postergação do vencimento das debêntures de 24 de julho de 2013 para 24 de julho de 2017, e a amortização do valor nominal dos títulos foi ampliada de pagamentos trimestrais para semestrais, com o vencimento da primeira parcela postergado de 24 de julho de 2010 para 24 de janeiro de 2012. O custo decorrente dessa renegociação foi de R\$ 3.000.

Os juros remuneratórios tiveram sua periodicidade alterada, passando de mensal para semestral, sendo equivalentes a 124% do CDI (taxa na data da contratação 13,25%), calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva dos juros é de 10,42% a.a. (2011 – 14,38%).

A Companhia poderá, a qualquer momento, a seu critério, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 10 dias de antecedência, resgatar antecipadamente o valor total ou parcial das debêntures. As debêntures objeto deste procedimento serão obrigatoriamente canceladas. A Administração concluiu que montante a pagar mediante adiantamento é aproximadamente igual ao custo autorizado das obrigações e, como tal, a opção de resgate é considerada clara e estreitamente relacionada com as obrigações.

A escrituração de emissão das debêntures da TLA, além de outras obrigações contratuais, prevê o cumprimento do *covenant* financeiro Dívida Financeira Líquida/EBITDA não poder ser maior que 5,7, verificado trimestralmente. Com o aumento dos custos de operação, advindo principalmente do aumento das tarifas aeroportuárias, aumento do querosene de aviação, depreciação do Real versus dólar americano, entre outros, o índice de cobertura da dívida refletida em tal emissão sofreu um aumento superior a 5,7 nos últimos dois trimestres de 2012. Neste sentido essa debêntures seriam passíveis de vencimento antecipado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas.

Em 14 de fevereiro de 2013 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas, na qual foi aprovada sem qualquer ressalva ou restrição, a renúncia do direito da emissora a manutenção da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou superior a 5,7 no período referente aos dois últimos trimestres de 2012 e aos dois primeiros trimestres de 2013. Assim sendo, o descumprimento da obrigação não configurará hipótese de vencimento antecipado.

Em atendimento ao disposto nas normas contábeis, a Companhia reclassificou a parcela de longo prazo com vencimento programado para 2017 para o curto prazo no valor de R\$ 397.070.



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Receita diferida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Transporte a executar	872.624	624.923
Programa Fidelidade	1.025.920	794.297
Receita diferida TAM Viagens	9.769	10.126
Resultado diferido com operações de <i>sale and leaseback</i> (i)	35.814	70.528
Perdas diferidas com operações de <i>sale and leaseback</i> (ii)	(42.770)	(19.906)
Receita diferida contrato de serviços (iii)	224.209	199.890
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>2.125.566</b>	<b>1.679.858</b>
<b>Circulante</b>	<b>(1.937.144)</b>	<b>(1.472.055)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>188.422</b>	<b>207.803</b>

(i) Os ganhos diferidos nas operações de *sale and leaseback* referem-se a vendas de aeronaves em 2001 e 2003. Os ganhos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear até 2014. Em 04 de março de 2011, a Companhia realizou uma nova operação referente a motor. O ganho decorrente desta nova transação foi de R\$ 4.832 e será amortizado pelo método linear até 2015.

(ii) Em 16 de dezembro de 2011, a controlada TLA efetuou quatro transações de *sale and leaseback* relacionadas a leasing financeiro de aeronaves. As operações geraram um prejuízo de R\$ 20.130 que foi diferido após a realização do teste de *impairment* dessas aeronaves, conforme determina o parágrafo 64 do CPC 6 / IAS 17. O prejuízo será amortizado pelo método linear até 2015.

Em 23 de agosto de 2012, a controlada TLA efetuou duas operações de *sale and leaseback* relacionadas a arrendamento financeiro de aeronaves. As operações geraram um prejuízo de R\$ 30.156 que foi diferido após a realização do teste de *impairment* destas aeronaves. O prazo para amortização do prejuízo é até 2016 e pelo método linear.

(iii) Referem-se basicamente a:

- a. Em 29 de dezembro de 2011 a controlada TLA firmou contrato de parceria comercial com o Banco Itaucard S.A. (Itaucard) com a finalidade de ofertar, distribuir e comercializar por meio de canais de distribuição ou por quaisquer outros meios, o cartão Itaucard aos clientes TAM em todo território nacional pelo prazo de 15 anos a contar desta data. O Itaucard adiantou do total do contrato o valor de R\$ 200 milhões que foi diferido e reconhecido na demonstração do resultado em base linear. Em 2011, o total de R\$ 230 foi reconhecido como receita.
- b. Em 2 de agosto de 2012 as empresas TLA S.A. e TAM Viagens, aditaram o termo de parceria para prestação de serviços financeiros em regime de exclusividade firmado em 28 de junho de 2007 com o Banco Santander S.A., para que o mesmo vigore até 31 de outubro de 2017. O Santander efetuou pagamento de um prêmio adicional por preferência bancária no valor total de R\$ 34 milhões que foi diferido e reconhecido na demonstração do resultado em base linear.

## 22. Programa de recuperação fiscal ("REFIS")

Em novembro de 2009 as controladas TLA e Pantanal aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei 11.941/09 e medida provisória nº 449/2009. O REFIS visa equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações. As condições gerais para adesão ao parcelamento podem ser assim descritas:

- parcelamento em até 180 meses, dependendo da natureza do débito;
- redução das multas de mora, dos juros de mora e dos encargos legais;
- obrigação do pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses; e
- desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Durante o exercício de 2011 foi concluído o processo de adesão ao REFIS, sendo o débito consolidado composto da seguinte forma:

	<b>Principal</b>	<b>Multa</b>	<b>Juros</b>	<b>Honorários</b>	<b>Total do débito</b>
COFINS (i)	193.771	7.345	133.900		335.016
PIS (i)	37.301	2.724	40.561		80.586
Programas de parcelamento anteriores - Pantanal (ii)	20.215	1.911	24.880	3.096	50.102
Outros débitos	15.475	799	6.112		22.386
	<b>266.762</b>	<b>12.779</b>	<b>205.453</b>	<b>3.096</b>	<b>488.090</b>

- (i) Referem à discussão da constitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, introduzida pela Lei nº 9.718/98. A desistência dos processos existentes para fins de adesão ao parcelamento já foi protocolada.
- (ii) Referem-se ao saldo remanescente de parcelamentos anteriores da controlada Pantanal instituídos nos anos de 2000 a 2006.

A partir desta data o débito consolidado dos tributos e contribuições acima passou a constituir um único débito a ser controlado, independente do tipo de tributo ou contribuição que o compõem, cuja movimentação consolidada está demonstrada como segue:

	<b>2012</b>	<b>Consolidado 2011</b>
Débito consolidado	439.827	439.827
Ajuste ao débito consolidado	11.710	11.710
Atualização monetária	60.661	62.429
Pagamentos efetuados	(49.806)	(30.648)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>462.392</b>	<b>483.318</b>
<b>Circulante</b>	<b>(39.206)</b>	<b>(46.924)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>423.186</b>	<b>436.394</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total do débito consolidado tem o seguinte vencimento:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Inferior a um ano	39.206	46.924
Entre 1 e 5 anos	196.496	186.432
Superior a 5 anos	226.690	249.962
	<b>462.392</b>	<b>483.318</b>

**23. Demais contas a pagar**

	<b>2012</b>	<b>Consolidado 2011</b>
Reorganização da frota Fokker 100		39
Provisão para manutenção – “ <i>Power by the hour</i> ” (i)	779.644	535.088
Outras obrigações	179.682	102.378
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>959.326</b>	<b>637.505</b>
<b>Circulante</b>	<b>(349.914)</b>	<b>(197.444)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>609.412</b>	<b>440.061</b>

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia recebeu 196 motores (2011 – 168) como contratos *power by the hour*.

## 24. Provisões

### (a) Movimentação das provisões

A Companhia constitui provisão para os valores de contingências classificadas como de perda provável, segundo avaliação de seus consultores jurídicos. Em 31 de dezembro 2012 e 2011, valor total e as movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, eram compostos da seguinte forma:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2011</b>	<b>Provisões (Depósitos)</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Encargos financeiros</b>
				<b>2012</b>
Fundo aeroviário (i)	225.463	31.341		14.763
Processos trabalhistas (ii)	21.444	165.879		
Processos cíveis	107.637	22	(207)	
Demais processos tributários	64.496	27.378		(8.646)
Total	419.040	224.620	(207)	6.117
(-) Depósitos judiciais	(147.921)	(219.045)	15	(9.564)
Total	271.119	5.575	(192)	(3.447)

  

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2010</b>	<b>Provisões (Depósitos)</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Encargos financeiros</b>
				<b>2011</b>
Fundo aeroviário (i)	174.226	35.258		15.979
Processos trabalhistas	20.930	793	(279)	
Processos cíveis	86.271	21.366		
Demais processos tributários	48.131	15.033		1.332
Total	329.558	72.450	(279)	17.311
(-) Depósitos judiciais	(125.287)	(22.672)	38	
Total	204.271	49.778	(241)	17.311

**TAM S.A. e suas controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A Administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo estava suportado por medida judicial, medida esta que foi revertida em outubro de 2012, devendo então ser realizado o recolhimento normalmente após este período. Após a reversão da liminar, a TLA entrou com recurso para reavê-la, fazendo-se necessário a realização de um depósito judicial no montante de R\$ 238.370.
- (ii) No exercício findo em 2012 houve um incremento de provisão no valor de R\$ 165.879 ao qual se refere em sua maior parte a inclusão de novos processos referente a periculosidade no valor de R\$ 163.912 movida pelo sindicato dos aeroviários contra a TLA. No início de 2013, foram homologados acordos com os sindicatos de São Paulo e Guarulhos.

**(a) Resumo dos principais processos**

A Companhia e suas controladas possuem ainda ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, não sendo, portanto, requerida provisão na data. Os montantes estimados são demonstrados a seguir:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Processos tributários		
ICMS	410.580	436.081
IRPJ e CSLL	171.998	151.802
Regime aduaneiro especial de admissão temporária		102.644
Outros	328.544	339.067
	<u>911.122</u>	<u>1.029.594</u>
Processos cíveis	145.430	65.876
Processos trabalhistas	<u>525.795</u>	<u>426.639</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<u><b>1.582.347</b></u>	<u><b>1.522.109</b></u>

**25. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo e passivo são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido ativo e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sem levar em conta a compensação de saldos na mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>	<b>2011</b>	<b>Debitado (creditado) à demonstração do resultado</b>	<b>2012</b>
Prejuízo fiscal	19.192	32.107	51.299
Base negativa da contribuição social	8.138	11.558	19.696
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	1.812	889	2.701
Outros	833	345	1.178
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>29.975</b>	<b>44.899</b>	<b>74.874</b>

  

	<b>Controladora</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>	<b>2010</b>	<b>Debitado (creditado) à demonstração do resultado</b>	<b>2011</b>
Prejuízo fiscal	8.812	10.380	19.192
Base negativa da contribuição social	4.401	3.737	8.138
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	1.642	170	1.812
Outros	676	157	833
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>15.531</b>	<b>14.444</b>	<b>29.975</b>

  

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em 12 meses - líquido	13.671	13.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em mais de 12 meses - líquido	61.203	16.279
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>74.874</b>	<b>29.975</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			<b>Consolidado</b>	
		<b>Debitado (creditado) à demonstração do resultado</b>	<b>Creditado à demonstração do patrimônio líquido</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>2011</b>			<b>2012</b>
Prejuízo fiscal	46.158	236.226		282.384
Base negativa da contribuição social	18.142	87.778		105.920
Diferenças temporárias				
Provisão para perdas/ganho com derivativos	14.176	6.359	102	20.637
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado	(571)		1.664	1.093
Provisão para contingências	123.205	65.370		188.575
Provisão para perdas em estoques e contas a receber	44.333	1.301		45.634
Receita futura de operação de <i>sale and leaseback</i>	12.031	(8.233)		3.798
Programa fidelidade	(13)			(13)
Arrendamentos financeiros	(210.288)	150.134		(60.154)
Outros	39.060	(3.510)		35.550
Imobilizado	(44.660)	2.124		(42.536)
Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo intangível na aquisição da Pantanal	(38.262)			(38.262)
<b>Total</b>	<b>3.311</b>	<b>537.549</b>	<b>1.766</b>	<b>542.626</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	48.517	629.517	1.766	679.800
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(45.206)	(91.968)		(137.174)

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>Consolidado</b>				
	<b>2010</b>	<b>Debitado (creditado) à demonstração do resultado</b>	<b>Debitado como Goodwill por aquisição da Pantanal (Nota 19)</b>	<b>Creditado à demonstração do patrimônio líquido</b>	<b>2011</b>
Prejuízo fiscal	62.288	(16.130)			46.158
Base negativa da contribuição social	22.548	(4.406)			18.142
Diferenças temporárias					
Provisão para perdas/ganho com derivativos	6.096	(10.115)		18.195	14.176
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado				(571)	(571)
Provisão para contingências	94.008	29.197			123.205
Provisão para perdas em estoques e contas a receber	39.165	5.168			44.333
Receita futura de operação de <i>sale and leaseback</i>	28.312	(16.281)			12.031
Programa fidelidade	66.008	(66.021)			(13)
Arrendamentos financeiros	(432.885)	222.597			(210.288)
Outros	48.796	(9.736)			39.060
Imobilizado	(45.514)	854			(44.660)
Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo intangível na aquisição da Pantanal			(38.262)		(38.262)
<b>Total</b>	<b>(111.178)</b>	<b>135.127</b>	<b>(38.262)</b>	<b>17.624</b>	<b>3.311</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	16.748	14.145		17.624	48.517
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(127.926)	120.982	(38.262)		(45.206)



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em 12 meses - líquido	82.945	69.718
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em mais de 12 meses - líquido	<u>459.681</u>	<u>(66.407)</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<u>542.626</u>	<u>3.311</u>

Os tributos diferidos ativos resultantes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na medida em que a realização do correspondente benefício fiscal por meio de lucros tributáveis futuros é provável.

Em 31 de dezembro de 2012, não foram constituídos créditos tributários sobre os prejuízos auferidos por controladas no montante de R\$ 236.850 (2011 – R\$ 161.065).

**(a) Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto corrente			(113.272)	(213.743)
Imposto diferido	<u>44.899</u>	<u>14.444</u>	<u>537.549</u>	<u>135.127</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<u>44.899</u>	<u>14.444</u>	<u>424.277</u>	<u>(78.616)</u>

O imposto de renda e contribuição social apurado sobre o lucro da TAM, antes da tributação, difere do valor teórico que resultaria usando-se a média ponderada da alíquota de imposto aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
			<b>2011</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.290.040)	(349.508)	(1.608.409)
Alíquotas nominais - %	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	438.613	118.833	546.859
Efeitos fiscais sobre (adições) exclusões permanentes:			
Resultado de equivalência patrimonial	(389.049)	(98.479)	(749)
Despesas indedutíveis	(96)	(5)	(47.688)
Créditos tributários de juros sobre o capital próprio pagos			786
Débitos tributários de juros sobre o capital próprio recebidos	(2.112)	(5.494)	
Créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social			(1.316)
Débitos/ créditos tributários não constituídos sobre lucros auferidos no exterior			(67.096)
Remuneração baseada em ações			(3.097)
Outras	(2.457)	(411)	(6.519)
Crédito tributário (despesa) de imposto de renda e contribuição social	44.899	14.444	424.277
Alíquota efetiva %	3,5	4,1	26,4
			42,9

Os anos-base de 2008 a 2012 estão sujeitos a exame pelas autoridades tributárias brasileiras.

## 26. Capital social

### (a) Capital autorizado

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.200.000 (2011 – R\$ 1.200.000), podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

### (b) Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado esta representado por 156.672.079 (31 dezembro 2011 – 156.206.781).

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>156.206.781</u>	<u>819.892</u>
Aumento de capital conforme RCA – 13/04/2012	235.298	5.198
Aumento de capital conforme RCA – 14/05/2012	230.000	5.349
Compra de ações – 05/06/2012		329
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>156.672.079</u>	<u>830.768</u>

### (c) Distribuição de dividendos

Dividendos não foram distribuídos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 uma vez que houve prejuízo nos exercícios.

## 27. Reserva de capital

### (a) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio foi apurada na subscrição de ações em decorrência da mais-valia do acervo líquido recebido em relação ao valor aportado como aumento de capital.

### (b) Ações em tesouraria

O movimento das ações em tesouraria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentado a seguir.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Preço médio em R\$</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>212.580</u>	<u>(6.008)</u>	<u>28,26</u>
Aquisição de ações (i)	54.137	(1.879)	34,71
Alienação de ações (ii)	(186.462)	5.328	28,81
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>80.255</u>	<u>(2.559)</u>	<u>31,89</u>
Alienação de ações (iii)	(80.255)	2.559	(31,89)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<u></u>	<u></u>	<u></u>

## **TAM S.A. e suas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2011, foi autorizada a aquisição de 54.137 ações preferenciais para manutenção em tesouraria e posterior utilização para atendimento dos exercícios de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram alienadas 186.462 ações em tesouraria para fazer frente ao plano de remuneração em ações. As ações alienadas referem-se ao plano de remuneração de executivos aprovado em Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 16 de maio de 2005.
- (iii) Em 12 de julho de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou por unanimidade dos acionistas presentes, o cancelamento das ações que eram destinadas para liquidação dos instrumentos patrimoniais do Plano de Remuneração Baseado em Ações (Nota 30).

## **28. Reserva de lucros**

### **(a) Reserva legal**

A legislação brasileira estabelece que deve ser constituída uma reserva, mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até a reserva legal atingir 20% do valor do capital social.

## **29. Ajuste de avaliação patrimonial**

### **(a) Ajustes acumulados de conversão**

Os efeitos de variações na taxa de câmbio durante o exercício são reconhecidos sobre o patrimônio líquido de operações no exterior no início do exercício e a diferença entre o seu lucro líquido do exercício às taxas de câmbio médias no fim do ano, são registrados na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

### **(b) Reserva de reavaliação**

Conforme facultado pela Lei 11.638/07, IFRS 1 e pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007 como novo valor de custo atribuído dos itens reavaliados. A realização da reserva de reavaliação ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação do ativo reavaliado, em contrapartida à conta de lucros (prejuízos) acumulados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, totalizou uma realização de R\$ 1.497 líquida de efeitos tributários (2011 – R\$ 1.481). Do total da reserva, R\$ 22.827 (2011 – R\$ 28.733) correspondem à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual baixa dos ativos.

### **(c) Hedge accounting**

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa relacionados a operação objeto de proteção que ainda não foram incorridas. Os valores registrados nesta conta são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente conforme a sua realização.

## **30. Remuneração baseada em ações**

### **(a) TAM Linhas Aéreas**

Na AGE realizada em 16 de maio de 2005, os acionistas aprovaram que até 2% das ações em circulação poderiam ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos funcionários.

As transações estão resumidas a seguir:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Número de ações em circulação</b>	<b>Preço médio do exercício - R\$</b>
<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.209.115</b>	<b>34,18</b>
Exercidas	(186.464)	19,57
Canceladas	(188.152)	37,68
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.834.499</b>	<b>38,89</b>
Exercidas	(534.297)	22,57
Canceladas	(327.498)	45,68
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>972.704</b>	<b>46,97</b>

Sob os termos do plano, as opções cedidas são divididas em três partes iguais e empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções depois de três, quatro e cinco anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos.

A opção contém uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo funcionário por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia transferiu o montante de R\$ 6.299 da reserva do plano de remuneração baseado em ações, registrada no patrimônio líquido, para o passivo devido a alteração na forma de liquidação do plano ocorrida conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2012. A Companhia deliberou por unanimidade dos acionistas presentes, pela extinção do Plano de Remuneração Baseado em Ações no que se refere à outorgas de novos beneficiários, sendo mantidas as opções de compra até que sejam completados os respectivos *vesting* ocorrendo pagamento em dinheiro e não mais em instrumento patrimonial. Nas datas dos respectivos *vesting*, os beneficiários das opções devem receber o pagamento em dinheiro equivalente ao produto entre (i) o número total de opções de compra exercíveis; e (ii) a diferença, se houver, entre (ii.1) o preço de exercício da opção de compra, e (ii.2) o resultado da multiplicação de 0,90 (zero vírgula nove) pelo preço de fechamento da ação da LATAM Airlines Group S.A. na bolsa de Santiago no dia útil imediatamente anterior ao do exercício da opção. Não houve alteração no preço de exercício acordado.

De acordo com IFRS 2 – Pagamento baseado em ações, o valor justo das opções em aberto deve ser recalculado a cada período de relatório. A Companhia recalculou o valor justo das opções em aberto utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes*. Em 31 de dezembro de 2012, o valor justo das opções em aberto reconhecidas no passivo da Companhia é de R\$ 4.163. As premissas utilizadas no modelo de precificação foram atualizadas em 31 de dezembro de 2012 com base nas informações da LATAM e estão demonstradas a seguir:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>3ª outorga especial</u>	<u>4ª outorga</u>	<u>1ª outorga especial</u>	<u>Total</u>
Data	28/12/2005	30/11/2006	14/12/2007	14/12/2007	28/05/2010	27/09/2007	
Data da última modificação	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	
Quantidade de ações	715,255	239,750	655,311	125,000	591,467	230,000	2,556,783
Preço de exercício – R\$	14,40	43,48	39,67	40,27	25,11	38,36	
Taxa de juros, isenta de risco %	17,93	13,13	10,95	10,95	9,38	10,82	
Taxa de juros, isenta de risco % - após modificação	7,85	7,85	7,85	7,85	7,85	7,85	
Tempo médio contratual	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	4,5	
Rendimento esperado do dividendo %	0,00	0,32	0,58	0,58	0,55	0,58	
Rendimento esperado do dividendo % - após modificação	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	
Volatilidade das ações no Mercado %	34,24	41,29	42,30	42,30	51,47	40,48	
Volatilidade das ações no Mercado % - após modificação	28,55	28,15	20,98	20,98	24,54	28,55	
Preço no Mercado acionário na data da outorga R\$	45,00	61,00	44,03	44,03	24,30	50,10	
Preço no Mercado acionário na data da modificação	46,48	46,48	46,48	46,48	46,48	46,48	
Valor justo na data da outorga – R\$	39,64	41,11	25,09	24,90	13,57	28,28	
Valor justo na data da outorga – R\$ após modificação	25,21		0,76	0,62	22,67		
Preço de exercício ajustado – R\$ (i)	21,93	64,46	54,95	30,58	30,38	54,77	
Quantidade de opções em aberto (i)		119.401	259.857		363.446	230.000	972.704
Quantidade de opções a exercer (i)		119.401	245.082		125.674	230.000	720.157
Valorização das opções exercíveis em 31/12/2012 (em reais)		7.696.588	13.467.255		3.817.976	12.597.100	
Média de vida contratual remanescente (i)			0,08		2,36		

(i) Em 31 de dezembro de 2012.

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da LATAM negociadas em bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(b) Multiplus S.A.**

Na AGE realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos seus funcionários.

As transações estão resumidas a seguir:

	<b>Número de opções em circulação</b>	<b>Preço médio de exercício – R\$</b>
<b>31 dezembro de 2010</b>	<b>1.660.759</b>	<b>18,07</b>
Exercidas	(77.285)	24,80
Canceladas	(6.196)	17,49
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.577.278</b>	<b>14,64</b>
Outorgadas	440.563	31,41
Exercidas	(593.021)	15,48
Canceladas	(533.559)	15,82
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>891.261</b>	<b>23,35</b>

Sob os termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três, quatro anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e outra metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

A opção contém uma “condição de serviço”, na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo empregado por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 20,00 (vinte reais) por ação, referente à outorga especial relacionada à contratação do atual Diretor Presidente e a redução do preço de exercício em R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) por ação, em razão da redução de capital social, para as demais outorgas. O recálculo das outorgas considerando o novo preço de exercício gera uma despesa adicional de R\$ 3.114 que será ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente das outorgas.

Em 3 de outubro de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 16,28 (dezesesseis reais e vinte e oito centavos) por ação, referente a outorga especial em razão da redução do capital social. O recálculo da outorga considerando o novo preço de exercício gerou uma despesa incremental de R\$ 312, que será ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente da outorga.

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação *Black-Scholes*. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>1ª outorga extraordinária</u>	<u>2ª outorga extraordinária</u>	<u>3ª outorga extraordinária</u>	<u>Total ou média ponderada</u>
Data	04/10/2010	08/11/2010	16/04/2012	04/10/2010	04/10/2010	16/04/2012	
Data da última modificação	30/06/2011	30/06/2011	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	
Quantidade de ações	98.391	36.799	378.517	1.370.999	154.570	62.046	2.101.322
Preço de exercício na data da outorga após a modificação – R\$	23,61	27,83	31,41	12,28	16,28	31,41	
Taxa de juros, isenta de risco %	12,15	12,15	10,30	12,15	11,88	8,86	
Tempo médio contratual (anos)	4,63	4,67	4,75	4,88	3,25	4,75	
Rendimento esperado do dividendo %	2,60	2,60	4,17	2,60	2,59	4,17	
Volatilidade das ações no mercado %	33,79	33,79	32,78	33,79	34,24	32,78	
Preço no mercado acionário na data da outorga – R\$	26,90	31,55	38,36	26,90	26,90	38,36	
Preço no mercado acionário na data da última modificação – R\$	27,20	27,20	N/A	27,20	27,10	N/A	
Valor justo da opção na data da outorga – R\$	11,58	14,06	14,68	16,91	10,53	13,86	
Valor justo da opção na data da modificação – R\$	12,17	10,71	N/A	17,35	14,29	N/A	
Preço médio de exercício ajustado	27,33	32,31	33,65	14,36		33,65	
Média de vida útil contratual remanescente	3,92	3,06	4,69	4,13		4,67	
Quantidade de opções em aberto	61.463	2.245	362.272	403.235		62.046	891.261
Quantidade de opções a exercer							

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Multiplus negociadas em bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.



**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**31. Receita**

Individualmente, nenhum dos clientes da TAM representa mais de 10% de suas receitas em 2012. A Companhia possui informação de segmentação de receita bruta por tipo de serviço prestado e por região, conforme abaixo:

**(a) Por tipo de serviço prestado**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>Período - variação (%)</b>
<b>Doméstica</b>					
Passageiro	7.348.216	51,5	6.185.319	45,6	18,8
Carga	550.315	3,9	552.861	4,1	(0,5)
	<u>7.898.531</u>	<u>55,4</u>	<u>6.738.180</u>	<u>49,7</u>	<u>17,2</u>
<b>Internacional</b>					
Passageiro	4.465.801	31,3	3.823.488	28,2	16,8
Carga	299.622	2,1	623.815	4,6	(52,0)
	<u>4.765.423</u>	<u>33,4</u>	<u>4.447.303</u>	<u>32,8</u>	<u>7,2</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>					
Programa Fidelidade (TAM)			212.036	1,6	(100,0)
Programa Fidelidade (Multiplus)	438.075	3,1	1.151.737	8,5	(62,0)
Agenciamento de viagens e turismo	93.667	0,7	78.617	0,6	19,1
Outros (inclui bilhetes vencidos)	1.070.111	7,4	927.939	6,8	15,3
	<u>1.601.853</u>	<u>11,2</u>	<u>2.370.329</u>	<u>17,5</u>	<u>(32,4)</u>
<b>Receita bruta</b>	<u>14.265.807</u>	<u>100,0</u>	<u>13.555.812</u>	<u>100,0</u>	<u>5,2</u>
Impostos e outras deduções	<u>(570.218)</u>		<u>(561.326)</u>		<u>1,6</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>13.695.589</u>		<u>12.994.486</u>		<u>5,4</u>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**32. Custos e despesas operacionais por natureza**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>Com vendas</b>	<b>Gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Pessoal	2.378.058	292.862	264.475	2.935.395	20,5
Honorários do Conselho de Administração			1.464	1.464	0,1
Combustível	5.513.339			5.513.339	38,5
Depreciação e amortização	628.726	8.490	122.512	759.728	5,3
Manutenção e reparos (exceto pessoal)	762.968			762.968	5,3
Seguro de aeronaves	33.462			33.462	0,2
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	847.734			847.734	5,9
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	567.326	12.508	25.884	605.718	4,2
Serviços de terceiros	230.711	387.160	488.201	1.106.072	7,7
Vendas e <i>marketing</i>		663.318		663.318	4,6
Provisões – trabalhistas, cíveis, fundo aeroviário e tributários			253.339	253.339	1,8
Outras	417.373	176.825	257.244	851.442	5,9
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>11.379.697</b>	<b>1.541.163</b>	<b>1.413.119</b>	<b>14.333.979</b>	<b>100,0</b>

  

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>Com vendas</b>	<b>Gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Pessoal	2.236.268	239.575	217.902	2.693.745	22,4
Honorários do Conselho de Administração			1.761	1.761	0,0
Combustível	4.186.892			4.186.892	34,8
Depreciação e amortização	596.688	4.625	129.062	730.375	6,1
Manutenção e reparos (exceto pessoal)	619.357			619.357	5,2
Seguro de aeronaves	46.533			46.533	0,4
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	682.258			682.258	5,7
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	417.964	10.069	22.017	450.050	3,7
Serviços de terceiros	208.785	308.555	322.627	839.967	7,0
Vendas e <i>marketing</i>		962.925		962.925	8,0
Outras	394.328	205.058	204.180	803.566	6,7
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>9.389.073</b>	<b>1.730.807</b>	<b>897.549</b>	<b>12.017.429</b>	<b>100,0</b>

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**33. Benefícios a empregados**

Os custos de pessoal (inclui “Pessoal” e “Honorários da Administração” na Nota 32) têm a seguinte composição:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Salários e bonificações	2.306.648	2.132.234
Plano de pensão de contribuição definida	32.403	12.772
Remuneração baseada em ações	11.206	19.022
Impostos e contribuições sociais	586.602	531.478
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>2.936.859</b>	<b>2.695.506</b>

**33.1 Participação nos lucros e bonificações**

A Administração da Companhia efetuará pagamento de participação nos resultados e bonificações caso sejam atingidas metas de desempenho estabelecidas com base no orçamento anual. Consequentemente, durante o exercício a Administração reconheceu uma despesa a título de bonificações em “Salários e encargos sociais”, no valor de R\$ 40.905 em 2012 (2011 – R\$ 74.516)

**34. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Receitas de juros sobre aplicações financeiras	20.704	27.597	135.548	174.194
Ganhos cambiais	15	640	2.115.855	2.709.450
Receita Financeira – Depósitos Judiciais			9.499	
Outras	1.949	3.117	20.463	57.928
Em 31 de dezembro	22.668	31.354	2.281.365	2.941.572
Despesas financeiras				
Perdas cambiais		(91)	(2.670.031)	(3.610.383)
Despesas de juros (i)	(5.812)	(39.828)	(415.390)	(481.872)
Outras	(2.539)	(6.105)	(150.457)	(43.515)
Em 31 de dezembro	(8.351)	(46.024)	(3.235.878)	(4.135.770)
Derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa				
Ganho			18.506	
Perda			(791)	(6.584)
Em 31 de dezembro			17.715	(6.584)
Resultado financeiro líquido em 31 de dezembro	14.317	(14.670)	(936.798)	(1.200.782)

(i) A taxa média mensal de capitalização de juros em 31 de dezembro de 2012 foi de 0,06% (2011 – 0,36%).

A variação cambial sobre o arrendamento mercantil financeiro reconhecida no resultado no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 totalizou uma despesa líquida de R\$ 443.261 (2011 - despesa líquida - R\$ 579.795) e a despesa de juros referente a esse arrendamento reconhecida no resultado no mesmo exercício totalizou R\$ 112.358 (2011 – R\$ 100.616).

### 35. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, a receita proveniente da venda de imobilizado compreende:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor contábil imobilizado	501.264	19.267
Ganhos na alienação de imobilizado	<u>(501.848)</u>	<u>(10.108)</u>
Recursos obtidos (utilizados) na alienação de imobilizado	<u>(584)</u>	<u>9.159</u>

### Transações não monetárias

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalente de caixa foram:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aquisições de aeronaves através de arrendamento financeiro	124.430	705.586
Financiamentos captados para pagamentos direto a fornecedores	57.493	128.808
Aquisições de imobilizado adquirido através de financiamentos	44.460	33.726
Aquisição de outros ativos imobilizados	2.463	
Financiamento pré-pagamento de aeronaves	161.084	94.379

### 36. Compromissos e contingências

#### (a) Compromissos por arrendamentos operacionais

A TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2012, a TAM possui 68 aeronaves na modalidade de arrendamento operacional simples (2011 – 72 aeronaves). Os contratos têm prazo médio de 108 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da *LIBOR*. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica “Custo dos serviços prestados”, totalizou, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 567.326 (2011 – R\$ 417.964), respectivamente, equivalentes a aproximadamente US\$ 277.625 (2011 – US\$ 222.819).

Para a maioria das operações foram oferecidas cartas de fiança ou depósitos como garantia de emissão da Companhia.

Adicionalmente, de forma a atender o cronograma de pagamentos previsto em contrato, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizavam, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 2.023 (2011 – R\$ 3.243).

	<b>Pagamentos mensais com vencimento final em</b>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Em moeda estrangeira –US\$</b>			
Aeronaves	2023	1.365.811	1.294.943
Motores	2021	<u>17.337</u>	<u>25.435</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>		<u>1.383.148</u>	<u>1.320.378</u>

(\*) Arrendamento mercantil operacional são denominados em dólares americanos e os acordos de pagamentos futuros são apresentados em Reais convertidos a taxa de fechamento do período.

Os vencimentos têm a seguinte distribuição por período:

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Não superior a um ano	399.337	390.514
Entre 1 e 5 anos	806.373	728.403
Superior a 5 anos	177.438	201.461
	<u>1.383.148</u>	<u>1.320.378</u>

**(b) Compromissos por futuros arrendamentos de aeronaves**

**(i) Airbus**

Em 2005, a controlada TLA assinou aditivo contratual junto a Airbus para o pedido firme de 20 aeronaves Airbus A320, já recebidas, com opção para mais 20 da mesma família (inclui A319, A320 e A321). Em 2006, a controlada finalizou o contrato para aquisição de mais 37 aeronaves Airbus (31 aeronaves *narrow body* família A320 e 6 aeronaves A330) com a opção de mais 20, onde 10 foram entregues no ano de 2012 e as 16 restantes serão entregues em 2013.

Em 28 de junho de 2007, a controlada assinou Memorando de Entendimento para a aquisição de 22 Airbus A350XWB, modelos 800 e 900 para serem entregues entre 2013 e 2018.

Adicionalmente, a TLA confirmou o exercício de 4 opções de Airbus A330, entregues no primeiro semestre de 2010 e 2011, referente ao contrato do final de 2006. A controlada confirmou ainda as 20 opções que haviam sido transferidas de 2005 para 2006 e que os recebimentos estão previstos para até o final de 2014.

Em 8 de junho de 2010, a TLA anunciou a encomenda de 20 novas aeronaves Airbus da família A320 e 5 A350-900, aumentando o número total de pedidos de aeronaves Airbus para 176 – incluindo 134 aeronaves da Família A320, 15 A330-200 e 27 A350WXB. O objetivo desta encomenda é cumprir o plano de frota já divulgado pela Companhia no ano de 2009. Das 20 aeronaves encomendadas da família A320 (A319, A320 e A321), 10 aeronaves serão entregues em 2014 e as outras 10 aeronaves entregues em 2015.

**(ii) Boeing**

Em 2006, a Companhia contratou o pedido de 4 Boeing 777-300ER com opções para mais 4 aeronaves, as quais foram convertidas para pedidos firmes em 2007. Com o recebimento das 4 aeronaves em 2008, a Companhia firmou mais um pedido para outras 2 aeronaves passando a ter 6 pedidos firmes contratados com a Boeing para este tipo de aeronave, 4 que foram entregues em 2012 e 2 a serem entregues em 2013.

**(iii) Expansão e renovação da frota**

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia anunciou a encomenda de 32 aeronaves da Família Airbus A320 e de 2 Boeings 777-300ER, os mesmos serão utilizados para a renovação e a expansão da frota. O montante destes novos pedidos, baseado em valores de lista, é de aproximadamente US\$ 3,2 bilhões. Das 32 aeronaves encomendadas à Airbus, 22 são do novo modelo A320neo e 10 da Família A320. Os aviões desse novo pedido serão entregues entre 2016 e 2018.

Os dois Boeings 777-300ER serão entregues em 2014. Com o pedido de mais 2 aviões, chega a 8 o número total de encomendas à fabricante norte-americana – incluindo 4 aeronaves que foram entregues em 2012 e 2 a serem entregues em 2013. Quando todos os aviões forem entregues, teremos 12 Boeings em nossa frota.

**(c) Seguro**

A TAM mantém o seguro adequado aos riscos esperados para cobrir todas as responsabilidades geradas pelo acidente em 17 de julho de 2007, com uma aeronave Airbus A320, considerando os acordos já feitos e pagos com

**TAM S.A. e suas controladas**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as famílias das vítimas pela companhia de seguro. Até a data de 31 de dezembro de 2012, 193 (2011 – 193) pagamentos foram efetuados às famílias das vítimas e outros estão sob negociação com a empresa de seguro da Companhia. A Administração compreende que a cobertura adequada do seguro é para cobrir todos os custos relacionados. A Companhia acredita que não incorrerá despesas adicionais ou inesperadas fora do escopo do acordo de seguro que seria responsabilidade direta de TAM.

**(d) Passivos contingentes**

As contingências que provavelmente exigirão um pagamento por parte da TAM estão provisionadas e são descritas na Nota 24.

**(e) Contingentes ativas**

**(i) ICMS**

Em 17 de dezembro de 2001, em virtude de decisão proferida pelo Superior Tribunal Federal - STF, deixou de incidir ICMS sobre a receita decorrente de serviços de transporte aéreo nacional e internacional de passageiros, bem como sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas internacionais.

Como consequência a essa decisão, permanece sendo requerida a tributação do ICMS sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas nacionais. A provisão mantida pela Companhia totaliza, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 2.497 (2011 – R\$ 2.915), apresentada na rubrica “Impostos e tarifas a recolher”.

No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. A TLA optou por ajuizar, nos diferentes estados do País, ações de repetição de indébito objetivando recuperar a totalidade dos valores pagos indevidamente. A Administração da TLA somente reconhecerá os créditos envolvidos no momento em que a recuperação financeira desse direito for julgada em última instância pelos tribunais.

**(ii) Indenização por danos relativos a congelamento de preços**

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto desta causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal. Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização determinado com base em cálculo feito por perito judicial. Este montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial interposto pela TLA, para determinar que o Tribunal Regional Federal analise o mérito do recurso de apelação sem a necessidade de intervenção do Ministério Público.

A Administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

**(iii) Adicional de tarifas aeroportuárias – ATAERO**

Em 2001 a TLA interpôs uma ação ordinária com o pedido de tutela antecipada discutindo a legalidade do adicional de tarifas aeroportuárias criado pela Lei 7920/89, que incide a alíquota de 50% sobre as tarifas aeroportuárias. A partir de janeiro de 2012 esse percentual foi reduzido para 35,9%. A Companhia vem pagando mensalmente referidos valores, que em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$ 1.146.398 (2011 – R\$ 1.089.571) para o qual nenhum ativo foi reconhecido contabilmente.

**37. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 – eliminação dos efeitos da incorporação do acervo líquido da Pantanal Linhas Aéreas S.A.**

A Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 para eliminar os efeitos da incorporação do acervo líquido negativo da Pantanal Linhas Aéreas S.A. ("Pantanal"), uma vez que em 2011, essa incorporação não havia sido deliberada pelos acionistas das empresas e tampouco aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), órgão regulador do setor aéreo. Os efeitos decorrentes da reversão são os seguintes:

		<b>Controladora</b>	
	<b>Saldo originalmente apresentado</b>	<b>Reversão dos efeitos da incorporação</b>	<b>Saldo ajustado</b>
<b>Efeitos no balanço patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>			
Dividendos a receber	172.727	15.199	187.926
Investimentos	1.685.616	(31.905)	1.653.711
Partes relacionadas	4.425	193	4.618
Total do ativo circulante	547.256	15.199	562.455
Total do ativo não circulante	1.720.659	(31.712)	1.688.947
Total do ativo	2.267.915	(16.513)	2.251.402
<b>Passivo</b>			
Partes relacionadas	20.528	(16.513)	4.015
Total do passivo não circulante	20.648	(16.513)	4.135
Total do passivo	215.098	(16.513)	198.585
Total do passivo e patrimônio líquido	2.267.915	(16.513)	2.251.402

**38. Eventos subsequentes**

**Oferta de ações realizada pela subsidiária Multiplus S.A.**

Em 8 de março de 2013, a subsidiária Multiplus apresentou a Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") pedido de análise prévia do registro de distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Multiplus.

O montante da Oferta, sem incluir as ações suplementares e as ações adicionais, é estimado em aproximadamente R\$ 800 milhões. Esta estimativa poderá sofrer variação dependendo da efetiva demanda que venha a ser demonstrada pelas ações no curso da Oferta. O preço de venda será fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), tendo como parâmetro (i) a cotação das ações na BM&FBovespa; e (ii) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletada durante o procedimento de *bookbuilding*.

Em 7 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a saída da TAM da aliança global *Star Alliance* a ser realizada no segundo trimestre de 2014, em data a ser confirmada ao longo do ano de 2013 e o ingresso oficial na *Oneworld* que deve ocorrer também no segundo trimestre de 2014, assim que a Companhia deixar a *Star Alliance*.

\* \* \*

## **TAM S.A. e suas controladas**

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Aos Administradores e Acionistas  
TAM S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TAM S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da TAM S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da TAM S.A., essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 28 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1" S" SP